



ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL

PROPOSIÇÃO - VETO  
PARCIAL

OF/CTL/CC nº 1240/2012

Curitiba, 04 de maio de 2012

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 11 MAIO 2012

1º Secretário

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente

II - A DL para providências.

Em, 08/05/2012.

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 042/2012-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, Inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, votei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 479/2011, por considerar a parte vetada inconstitucional, pelos motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 479/11, de iniciativa parlamentar, tem por finalidade proibir a cobrança de despesas bancárias, tais como a emissão de carnê ou boleto bancário, abertura de crédito, aprovação de cadastro, serviços de terceiros e registro de contrato, no qual caso seja descumprida tais proibições gerará a parte infringente determinadas sanções.

Afirma o art. 2º do projeto de lei que, "o descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes sanções:

- I - advertência escrita;
- II - multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por ato; e
- III - cassação da inscrição Estadual."

Estabelece ainda, o art. 3º do referido projeto que, "a fiscalização da medida será feita pelos órgãos estaduais de proteção e defesa do consumidor, de acordo com as normas do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/90)". E em seu parágrafo único, "os valores arrecadados com a aplicação de multas oriundas do descumprimento desta Lei serão revertidos ao Fundo Estadual de Defesa do Consumidor - FECON".

Ocorre que a matéria disposta em ambos os artigos são de competência exclusiva do Poder Executivo.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

14:26 14/05/2012 00:28:19 MP 02/02/12 11:55:07 PM 00 133348



Faz-se necessário observar que a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de leis que disponham sobre a organização e funcionamento das Secretarias de Estado, bem como que tratam das atividades a serem desenvolvidas por estas Secretarias, são de iniciativa privativa do Governador do Estado, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66 – Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV – criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública. (grifo nosso)

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

III – exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual. (grifo nosso)

O legislador estadual ao desenvolver o presente projeto de lei também acaba por ferir o princípio da "Separação de Poderes", o qual determina que os Poderes são independentes e harmônicos entre si, de acordo com o art. 2º da Carta Magna:

Art. 2º - São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

A Teoria da Separação dos Poderes, mecanismo clássico de organização e limitação do poder político<sup>1</sup>, na qual os poderes estatais distinguem-se em três esferas, quais sejam Executiva, Legislativa e Jurisdicional. Tal produz um sistema de freios e contrapesos e permite que o "poder controle o próprio poder", impedindo, por sua vez, que haja a concentração de todas as funções somente nas mãos de um único órgão do Poder Público.

Ademais, esse princípio, entendido como um dos basilares fundamentos constitucionais é assegurado também pela Constituição do Estado do Paraná, no seu artigo 7º:

Art. 7º. São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Inclusive, é possível verificar a existência de inúmeras Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal, que decidiram pela Inconstitucionalidade de leis com vícios semelhantes aos do projeto em comento:

**ADI 3178 / AP – AMAPÁ AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE**

<sup>1</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo, São Paulo: Ed. Saraiva, 2005. 1ed. pg. 23.



ADI 3178 / AP – AMAPÁ AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Relator(a): Min. GILMAR MENDES

Julgamento: 27/09/2006 Órgão Julgador: Tribunal Pleno

EMENTA: Ação direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei do Estado do Amapá. 3. Organização, estrutura e atribuições de Secretaria Estadual. Matéria de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo. Precedentes. 4. Exigência de consignação de dotação orçamentária para execução da lei. Matéria de iniciativa do Poder Executivo. Precedentes. 5. Ação julgada procedente.

- VIDE EMENTA E INDEXAÇÃO PARCIAL: INCONSTITUCIONALIDADE, LEI ESTADUAL, REGULAMENTAÇÃO, PROGRAMA DE SAÚDE ITINERANTE, FINALIDADE, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, SAÚDE PÚBLICA, DESTINAÇÃO, ZONA RURAL, LOCALIDADE RIBEIRINHA, MEDIANTE, UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE. - FUNDAMENTAÇÃO COMPLEMENTAR, MIN. CARLOS BRITTO: POSSIBILIDADE, LEI, INICIATIVA, PARLAMENTAR, CRIAÇÃO, POLÍTICA PÚBLICA, PRESSUPOSTO, AUSÊNCIA, CRIAÇÃO, FUNDO FINANCEIRO.

Desta forma, resta claro que a matéria em questão reflete-se em contrariedade a preceitos constitucionais, especificamente, no que tange à iniciativa privativa do Poder Executivo.

Corroborando o que foi mencionado acima, cita-se o Julgado do STF:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MEDIDA CAUTELAR. ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. COMPETÊNCIA DO CHEFE DO EXECUTIVO. VÍCIO DE INICIATIVA. 1. Compete privativamente ao Governador do Estado, pelo princípio da simetria, a direção superior da administração estadual, bem como a iniciativa para propor projetos de lei que visem criação, estruturação e atribuições de Secretarias e órgãos da administração pública (CF, artigos 84, II e IV e 81, § 1º, II, e). 2. Hipótese em que o projeto de iniciativa parlamentar, transformado em lei, apresenta



ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL



vício insanável caracterizado pela ~~passão da~~  
competência reservada ao Poder Executivo  
pela Constituição Federal. Medida cautelar  
deferida (STF, ADIN N° 2.646-1, REL. MIN.  
MAURÍCIO CORRÊA, JULGADA EM  
01/07/2002).

Em que pese a nobre intenção dos Deputados, vislumbra-se, portanto, que os arts. 2º e 3º do projeto da lei se encontram revestidos de vício de iniciativa, haja vista que tal fato só pode ser imponível e de autoria do Poder Executivo. Devendo, para tanto, serem votados.

Isto posto, esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o Projeto de Lei em epígrafe, tendo o veto parcial incidindo sobre art. 2º e 3º, cujas razões submeto a elevada consideração dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
CARLOS ALBERTO RICHÁ  
GOVERNADOR DO ESTADO





Lei nº. 17.141



Data 04 de maio

de 2012

Súmula Dispõe sobre a proibição de cobrança de despesas por emissão de carnê ou boleto bancário.

*A Assembleia Legislativa do Estado Do Paraná*

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica proibida a cobrança de valor extra por produto ou serviço bancário, que não aquela inerente ao próprio produto ou serviço, tais como emissão de carnê ou boleto bancário, abertura de crédito, aprovação de cadastro, serviços de terceiros e registro de contrato.

Parágrafo único. Os documentos relacionados no *caput* deverão fazer constar em seus instrumentos o seguinte texto com remissão à presente Lei: "É proibida a cobrança de valor extra na emissão de carnê ou boleto bancário – Lei Estadual nº 17.041/12."

Art. 2º ...Vetado...

Art. 3º ...Vetado...

Parágrafo único. ...Vetado...


Art. 4º O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do



indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CUIRITIBA, em 04 de maio de 2012.



Carlos Alberto Richa  
Governador do Estado

Maria Tereza Ulife Gomes  
Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

Durval Amaral  
Chefe da Casa Civil

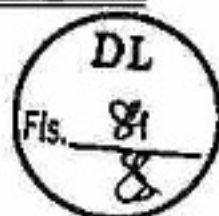
Eton Welter  
Deputado Estadual

Leonaldo Paranhos  
Deputado Estadual



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



## **Projeto de Lei nº 479/11**

(Autoria do Deputado Elton Welter e Leonaldo Paranhos)

Dispõe sobre a proibição de cobrança de despesas por emissão de carnê ou boleto bancário.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º Fica proibida a cobrança de valor extra por produto ou serviço bancário, que não aquela inerente ao próprio produto ou serviço, tais como emissão de carnê ou boleto bancário, abertura de crédito, aprovação de cadastro, serviços de terceiros e registro de contrato.

Parágrafo único. Os documentos relacionados no *caput* deverão fazer constar em seus instrumentos o seguinte texto com remissão à presente Lei: "É proibida a cobrança de valor extra na emissão de carnê ou boleto bancário – Lei Estadual nº \_\_\_\_/\_\_\_\_."

Art. 2º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes sanções:

- I – advertência escrita;
- II – multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por ato; e
- III – cassação da Inscrição Estadual.

Art. 3º A fiscalização da medida será feita pelos órgãos estaduais de proteção e defesa do consumidor, de acordo com as normas do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/90).

Parágrafo único. Os valores arrecadados com a aplicação de multas oriundas do descumprimento desta Lei serão revertidos ao Fundo Estadual de Defesa do Consumidor – FECON.

Art. 4º O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 479/11

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 09 de abril de 2012.

**Deputado VALDIR ROSSONI**  
Presidente

**Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO**  
1º Secretário

**Deputado RENI PEREIRA**  
2º Secretário

RCM/TOT/3C

CONFERE COM O ORIGINAL

*Assado*



## JUSTIFICATIVA

A Coordenação Geral de Assuntos Jurídicos do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça examinou, em consulta que gerou a Nota nº 777 CGAJ/DPDC/2005, a legalidade do repasse ao consumidor de despesa bancária em fatura. Concluiu aquele órgão, na ocasião, "que a cobrança das despesas de emissão de boleto bancário ao consumidor viola frontalmente o disposto nos arts. 39, inciso V e 51, IV, e § 1º, incisos I, II e III, todos do CDC." (Grifamos).

A cobrança de despesas pela emissão de boleto bancário ou de carnê de pagamentos configura-se abusiva, enquadrando-se, assim, nas práticas vedadas de modo genérico pelos arts. 39 e 51 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

O art. 24, incisos V e VIII, da Constituição Federal dispõe que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre produção e consumo e sobre a responsabilidade, entre outras, por dano ao consumidor. Os §§ 1º e 2º, do mesmo art. 24 informam que, no âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais e que tal competência não exclui a competência suplementar dos Estados.

A Constituição do Estado do Paraná elenca tais atribuições no art. 13, incisos V e VIII, e também no art. 145. Em seu art. 65, a Carta Estadual informa que a iniciativa de leis ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa.

Portanto, do ponto de vista constitucional, a matéria é de natureza legislativa e, quanto à iniciativa, de competência concorrente. Assim, também, o Regimento Interno desta Casa respalda a proposição, por força do disposto no § 1º, do art. 121.

De outra parte, não se pretende conferir atribuição nova à Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON/PR, vez que o chefe do Poder Executivo já o fez nos termos do art. 23, do Decreto nº 609/91 (Regulamento da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania) e na legislação subsequente.





Os PROCONs, a exemplo da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, são órgãos estaduais e municipais de defesa do consumidor, criados na forma da lei, especificamente para este fim, com competências, no âmbito de sua jurisdição, para exercer as atividades contidas no Código de Defesa do Consumidor e no Decreto nº 2.181/97, visando garantir os direitos dos consumidores. Conformam tais órgãos o Sistema Nacional de Defesa ao Consumidor (SNDC), conjugação de esforços do Estado, nas diversas unidades da Federação e da sociedade civil, para implementação efetiva dos direitos do consumidor e para o respeito da pessoa humana na relação de consumo.

O objetivo da proposição é, portanto, evitar que os consumidores sejam excessivamente onerados, vez que, em regra, não têm ciência da cobrança pela emissão de carnê ou de boleto bancário e o Código de Defesa do Consumidor exige clareza nas cláusulas que limitem o direito do consumidor ou que o onerem excessivamente.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 024/12**

**PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 024/12**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 1240/12**

**SÚMULA:** Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 479/2011, apensado ao Projeto de Lei nº 557/11, de autoria dos Deputados Elton Welter e Paranhos, respectivamente, que objetiva dispor sobre a proibição de cobrança de despesas por emissão de carnê ou boleto bancário, e dá outras providências.

**EMENTA:** PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLÊNÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei nº 479/11, apensado ao Projeto de Lei nº 557/11, de autoria dos Deputados Elton Welter e Paranhos que, objetiva dispor sobre a proibição de cobrança de despesas por emissão de carnê ou boleto bancário, e dá outras providências, tendo sido parcialmente vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerar a parte vetada inconstitucional.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Anibal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei Inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, Inconstitucional ou contrário ao Interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 479/11 foi enviado à sanção e recebido na data de 12 de abril de 2012, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 024/12, foi exarada e encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de 04 de maio de 2012, sendo desta maneira tempestiva.



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**


DL  
Fis. 13  
8.

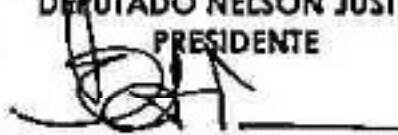
Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.

**CONCLUSÃO**

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2012.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO PASTOR EDSON PRACYK  
RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 349/11

Declara de Utilidade Pública a Associação de  
Praças do Estado do Paraná - APRA, com sede e  
foro no Município de Curitiba.

**Art. 1º** Fica declarada de Utilidade Pública a  
Associação de Praças do Estado do Paraná - APRA, com sede e  
foro no Município de Curitiba.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua  
publicação.

Sala das Comissões, 06 de junho de 2012.

ALEXANDRE CURI  
Presidente

Relator





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 559/11

Dispõe sobre convênios firmados entre o Poder Executivo e os municípios do Estado do Paraná.

**Art. 1º** Para firmar convênio com o Poder Executivo no Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, os municípios devem apresentar a essa Secretaria parecer técnico sobre o objeto do convênio assinado por técnico agrícola, médico veterinário ou engenheiro agrônomo.

**Art. 2º** Os profissionais mencionados no artigo anterior poderão compor o quadro de pessoal da respectiva prefeitura ou serem contratados especificamente para a elaboração do parecer.

**Parágrafo único.** As prefeituras poderão requerer à Administração Estadual a elaboração dos pareceres técnicos por profissionais integrantes do quadro de pessoal de qualquer órgão do Estado.


**Art. 3º** Os municípios terão o prazo de 90 (noventa) dias para se adequar às disposições desta Lei.


**Art. 4º** O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 06 de junho de 2012.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator



~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI nº 206/12

**SÚMULA:** Cria os cargos de provimento em comissão que especifica, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Art. 1.º Ficam criados 100 (cem) cargos de Assistente I de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 3-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, destinados ao assessoramento dos Juizes de Direito de entrância final não abrangidos pela Lei n.º 15.831, de 12 de maio de 2008, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que passam a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei n.º 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005.

Parágrafo único. Os cargos criados na forma do *caput* deste artigo são privativos de bacharel em Direito e destinam-se ao assessoramento dos Juizes de Direito de Entrância Final do Estado do Paraná, não abrangidos pela Lei n.º 15.831, de 12 de maio de 2008, distribuídos de acordo com o Anexo I desta Lei.

Art. 2.º Ficam criados 120 (cento e vinte) cargos de Assistente II de Desembargador, de provimento em comissão, simbologia 3-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que passam a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei n.º 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei n.º 14.807, de 20 de julho de 2005.

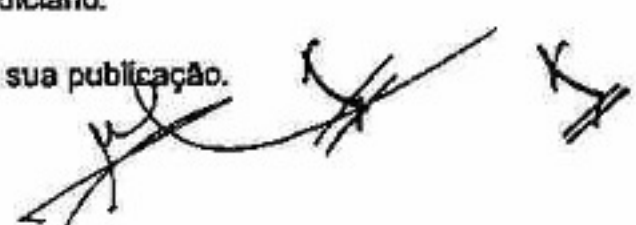
Parágrafo único. Os cargos criados na forma do *caput* deste artigo destinam-se ao assessoramento dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, distribuídos de acordo com o Anexo II desta Lei.

Art. 3.º O provimento em comissão dos cargos previstos nesta Lei dar-se-á por nomeação do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, mediante proposta do respectivo magistrado, observando-se os critérios de necessidade e competência profissional, cumprindo o disposto na Resolução n.º 07, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça.

Art. 4.º O preenchimento dos cargos fica condicionado ao cumprimento das disposições e dos limites orçamentário-financeiros constantes da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 5.º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do Poder Judiciário.

Art. 6.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
COMPOSIÇÃO DAS VARAS NAS DIVERSAS COMARCAS INSTALADAS E NÃO INSTALADAS

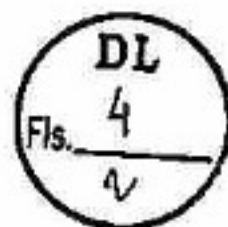
VARIAÇÕES COMARCAS	Até 1000	Até 2000	Até 3000	Até 4000	Até 5000	Até 6000	Até 7000	Até 8000	Até 9000	Até 10000	Até 11000	Até 12000	Até 13000	Até 14000	Até 15000	Até 16000	Até 17000	Até 18000	Até 19000	Até 20000	Até 21000	Até 22000	Até 23000	Até 24000	Até 25000	Até 26000	Até 27000	Até 28000	Até 29000	Até 30000	Até 31000	Até 32000	Até 33000	Até 34000	Até 35000	Até 36000	Até 37000	Até 38000	Até 39000	Até 40000	Até 41000	Até 42000	Até 43000	Até 44000	Até 45000	Até 46000	Até 47000	Até 48000	Até 49000	Até 50000	Até 51000	Até 52000	Até 53000	Até 54000	Até 55000	Até 56000	Até 57000	Até 58000	Até 59000	Até 60000	Até 61000	Até 62000	Até 63000	Até 64000	Até 65000	Até 66000	Até 67000	Até 68000	Até 69000	Até 70000	Até 71000	Até 72000	Até 73000	Até 74000	Até 75000	Até 76000	Até 77000	Até 78000	Até 79000	Até 80000	Até 81000	Até 82000	Até 83000	Até 84000	Até 85000	Até 86000	Até 87000	Até 88000	Até 89000	Até 90000	Até 91000	Até 92000	Até 93000	Até 94000	Até 95000	Até 96000	Até 97000	Até 98000	Até 99000	Até 100000	Até 101000	Até 102000	Até 103000	Até 104000	Até 105000	Até 106000	Até 107000	Até 108000	Até 109000	Até 110000	Até 111000	Até 112000	Até 113000	Até 114000	Até 115000	Até 116000	Até 117000	Até 118000	Até 119000	Até 120000	Até 121000	Até 122000	Até 123000	Até 124000	Até 125000	Até 126000	Até 127000	Até 128000	Até 129000	Até 130000	Até 131000	Até 132000	Até 133000	Até 134000	Até 135000	Até 136000	Até 137000	Até 138000	Até 139000	Até 140000	Até 141000	Até 142000	Até 143000	Até 144000	Até 145000	Até 146000	Até 147000	Até 148000	Até 149000	Até 150000	Até 151000	Até 152000	Até 153000	Até 154000	Até 155000	Até 156000	Até 157000	Até 158000	Até 159000	Até 160000	Até 161000	Até 162000	Até 163000	Até 164000	Até 165000	Até 166000	Até 167000	Até 168000	Até 169000	Até 170000	Até 171000	Até 172000	Até 173000	Até 174000	Até 175000	Até 176000	Até 177000	Até 178000	Até 179000	Até 180000	Até 181000	Até 182000	Até 183000	Até 184000	Até 185000	Até 186000	Até 187000	Até 188000	Até 189000	Até 190000	Até 191000	Até 192000	Até 193000	Até 194000	Até 195000	Até 196000	Até 197000	Até 198000	Até 199000	Até 200000	Até 201000	Até 202000	Até 203000	Até 204000	Até 205000	Até 206000	Até 207000	Até 208000	Até 209000	Até 210000	Até 211000	Até 212000	Até 213000	Até 214000	Até 215000	Até 216000	Até 217000	Até 218000	Até 219000	Até 220000	Até 221000	Até 222000	Até 223000	Até 224000	Até 225000	Até 226000	Até 227000	Até 228000	Até 229000	Até 230000	Até 231000	Até 232000	Até 233000	Até 234000	Até 235000	Até 236000	Até 237000	Até 238000	Até 239000	Até 240000	Até 241000	Até 242000	Até 243000	Até 244000	Até 245000	Até 246000	Até 247000	Até 248000	Até 249000	Até 250000	Até 251000	Até 252000	Até 253000	Até 254000	Até 255000	Até 256000	Até 257000	Até 258000	Até 259000	Até 260000	Até 261000	Até 262000	Até 263000	Até 264000	Até 265000	Até 266000	Até 267000	Até 268000	Até 269000	Até 270000	Até 271000	Até 272000	Até 273000	Até 274000	Até 275000	Até 276000	Até 277000	Até 278000	Até 279000	Até 280000	Até 281000	Até 282000	Até 283000	Até 284000	Até 285000	Até 286000	Até 287000	Até 288000	Até 289000	Até 290000	Até 291000	Até 292000	Até 293000	Até 294000	Até 295000	Até 296000	Até 297000	
--------------------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	--





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



### JUSTIFICATIVA

O presente anteprojeto de Lei tem por objetivo criar cem (100) cargos de Assistente I de Juiz de Direito e cento e vinte (120) cargos de Assistente II de Desembargador, de provimento em comissão, simbologia 3-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, passando a integrar o Anexo II da Lei Estadual n.º 14.807 de 20 de julho de 2005, que constitui a tabela 2 do Anexo III da Lei n.º 11.719, de 12 de maio de 1997.

- O anteprojeto tem sua origem no expediente protocolado sob n.º 55.625/2002, onde foi solicitada a criação de cargos comissionados, para assessoramento dos Senhores Juizes de Direito, com o objetivo de dotar a magistratura de primeiro grau de estrutura qualificada de apoio, capaz de contribuir para a elevação da produtividade da prestação jurisdicional, mediante o incremento da eficiência individual de cada órgão judicial.

De acordo com o parágrafo único do art. 1º da proposta, os cargos comissionados de Assistente I de Juiz de Direito são privativos de bacharéis em Direito e destinam-se ao assessoramento dos Juizes de Direito de entrância final, da magistratura de primeiro grau.

Os cargos destinam-se aos Juizes e Varas não contemplados pela Lei n.º 15.831, de 12 de maio de 2008 – que deixou de criar cargos de assessoramento aos Juizes dos Juizados Especiais, das Varas da Infância e Juventude, Delitos de Trânsito, e Execuções Penais.

- A absoluta prioridade de tratamento à criança e ao adolescente, o aumento vertiginoso de trabalho nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais – agora unificados – e a complexa problemática da execução da pena, impõem a necessidade de se dotar esses Juizes de cargo de assessor – equiparando-os às demais Varas, que já contam com esse importantíssimo auxiliar.

Os cargos de Assistente II de Desembargador, criados pelo art. 2º da proposta, destinam-se ao assessoramento dos Desembargadores do Tribunal de Justiça.

Enfatize-se que a criação de assessoria qualificada para juizes e desembargadores, aprovada por essa Augusta Casa de Leis – e sancionada pelo eminente Governador do Estado – redundou no aumento da produtividade.

Prova disso é que o Poder Judiciário do Paraná foi o primeiro Tribunal, dentre os de grande e médio porte, no cumprimento das metas do Conselho Nacional de Justiça, em 2011.





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Isto se deve, sem a menor sombra de dúvida, à implantação dos cargos de assessoria.

O provimento dos cargos dar-se-á por nomeação do Presidente do Tribunal de Justiça, observando-se critérios de necessidade e competência profissional, cumprido o disposto na Resolução n.º 07, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, cujo art. 1.º veda a "prática de nepotismo no âmbito de todos os órgãos do Poder Judiciário, sendo nulos os atos assim caracterizados".

A remuneração mensal do cargo em comissão, simbologia 3-C, incluindo vencimento e demais vantagens é de R\$ 2.488,17 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e dezessete centavos)

O impacto econômico-financeiro da presente proposta, considerando-se o total de duzentos e vinte (220) cargos em comissão, totalizará acréscimo anual no montante da despesa bruta de pessoal aproximada de R\$ 5.660.000,00 (cinco milhões seiscentos e sessenta mil reais) para 2012, R\$ 9.600.000,00 (nove milhões e seiscentos mil reais) para 2013 e igual importância, em termos reais, para o exercício de 2014.

Tais valores serão suportados pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça, correndo a referida despesa anual por conta da rubrica 3.1.90.11.99 – Outros Vencimentos e Vantagens Fixas de Pessoal.

O mencionado acréscimo de custo anual não comprometerá o limite de gastos com Pessoal e Encargos Sociais do Poder Judiciário, de acordo com o que preceitua a Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, tendo em conta que, pelo Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Justiça, o total da despesa com pessoal, no 3.º Quadrimestre de 2011, situou-se em 3,99% (três vírgula noventa e nove por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a proposta orçamentária do Poder Judiciário para 2012, e compatibilidade com a proposta do Plano Plurianual - PPA 2012 - 2015.

A presente proposta de Anteprojeto de Lei foi devidamente aprovada pelo egrégio Órgão Especial deste Tribunal de Justiça, em sessão realizada em 13 de abril de 2012.

Curitiba, 24 de abril de 2012.  
Of. nº 570/2012-GP

I - À DAP para leitura do expediente

II - À DL para providências.

Em, 25/05/2012

Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 14 MAIO 2012

1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que cria cargos de provimento em comissão na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

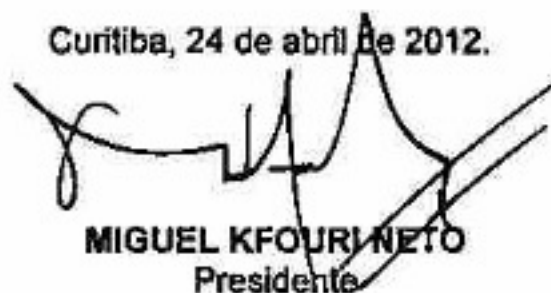


MIGUEL KFOURI NETO  
Presidente

**DECLARAÇÃO**

O Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que cria cargos de provimento em comissão na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

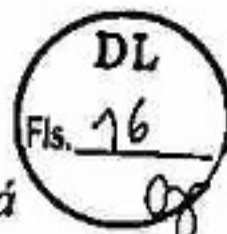
Curitiba, 24 de abril de 2012.



MIGUEL KFOUR NETO  
Presidente



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 206/12**

Projeto de Lei nº. 206/12  
Autor: Tribunal de Justiça

**Súmula:** Cria os cargos de provimento em comissão que especifica, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

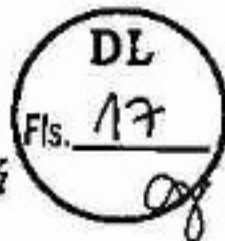
**EMENTA:** CRIA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA NA ESTRUTURA DO QUADRO DE SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO VINCULADO À SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei tem por objetivo criar 100 (cem) cargos de Assistente I de Julz de Direito e cento e vinte (120) cargos de Assistente II de Desembargador, de provimento em comissão, simbologia 3-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, passando a integrar o Anexo II da Lei Estadual nº. 14.807 de 20 de julho de 2005, que constitui a tabela 2 do Anexo III da Lei nº. 11.719, de 12 de maio de 1997.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifos Nossos).**

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Federal estabelece que compete privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver:

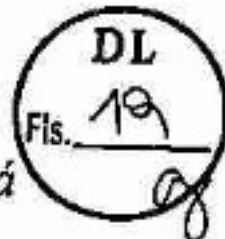
**Art. 96. Compete privativamente:**

**II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:**

**b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Corroborar deste entendimento a Constituição Estadual:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízes que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal;

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o Tribunal de Justiça anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

DL  
Fls. 20  
9

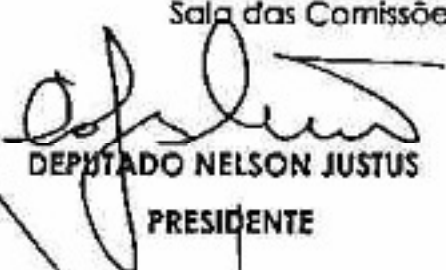
Vistumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, em sede de parecer, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 22 de Maio de 2012.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO NEREU MOURA  
RELATOR





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 206/12

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 570/12 que objetiva criar os cargos de provimento em comissão que especifica, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Nereu Moura e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Sob a mira desta Comissão Permanente de Finanças, conforme preceitua o art. 33-B do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, podemos observar que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

De igual modo, constata-se que o impacto orçamentário-financeiro da presente proposta, levando-se em conta a decorrente a criação de 220 (duzentos e vinte) cargos em comissão, totalizará acréscimo anual no montante da despesa bruta de pessoal aproximada de R\$5.660.000,00 (cinco milhões seiscentos e sessenta mil reais) para 2012, R\$9.600.000,00 (nove milhões e seiscentos mil reais) para 2013 e igual importância, em termos reais, para o exercício de 2014. Informa também, o autor que tais valores serão suportados pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

É salutar observar que a proposta vem ladeada da Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que a mesma apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



Isto posto, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 05/09/12



DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE



DEPUTADO ELIO RUSCH  
RELATOR





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



### ~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI Nº 207/12

**EMENTA:** Cria a 2ª Vara Cível na Comarca de Cornélio Procópio, entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

**Art. 1º** Fica criada a 2ª Vara Cível na Comarca de Cornélio Procópio, entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

**Art. 2º** Fica alterado o inciso VI do artigo 263 da Lei referida no art. 1º, que passa a vigorar acrescido da alínea b, com a seguinte redação:

**"Art. 263.....**

**(...)**

**VI – na Comarca de Cornélio Procópio:**

**a) (...)**

**b) a 2ª Vara Cível"**

**Art. 3º** Fica criado 1 (um) cargo de Juiz de Direito para a Comarca de Cornélio Procópio, de entrância Intermediária.

**Art. 4º** Ficam alterados os Anexos IV, V, e IX Tabela 1 da Lei referida no art. 1º.

**Art. 5º** As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



### JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei, originado do protocolado nº 361.695/2010, tem por finalidade criar a 2ª Vara Cível na Comarca de Cornélio Procopio, de entrância Intermediária, bem como um novo cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária, visando à expansão da prestação jurisdicional no Estado do Paraná, de forma a racionalizar e redistribuir o volume de serviços naquele Foro.

O Foro Judicial da referida Comarca abrangerá 2 (duas) Varas Cíveis, 1 (uma) Vara Criminal, 1 (uma) Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial e atenderá uma população de aproximadamente 56.814 habitantes e um total de 14.852 processos em andamento.

A criação da 2ª Vara Cível na Comarca de Cornélio Procopio, de entrância Intermediária, foi objeto de aprovação pela douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, em deliberação datada de 23/04/2012, e pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no dia 27 de abril de 2012.

A proposta altera o art. 263, e os Anexos IV, V e IX, Tabela 1, da Lei Estadual nº 14.277/2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ).

Ressalte-se que os Anexos alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei deverão ser publicados juntamente com o texto final da lei, vez que são parte integrante da mesma.

O impacto orçamentário-financeiro da presente proposta, considerando a criação de mais um cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária, totaliza o valor anual aproximado de R\$ 340.000,00 para o exercício de 2012,



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



R\$ 456.000,00 para o exercício de 2013 e R\$ 511.000,00 para o exercício de 2014, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

Os cargos de Analistas e Técnicos Judiciários que irão compor a nova Secretaria Cível são objeto da Lei Estadual nº 16.023/2008, e as despesas decorrente de seu preenchimento serão suportadas pelo Fundo da Justiça (FUNJUS), criado pela Lei Estadual nº 15.942 de 03 de setembro de 2008.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 3º Quadrimestre de 2011, a Despesa Total com Pessoal situou-se em 3,99% (três vírgula noventa e nove por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



### DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que cria a 2ª Vara Cível e um cargo de Juiz de Direito na Comarca de Cornélio Procopio, de entrância Intermediária, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 08 de maio de 2012.



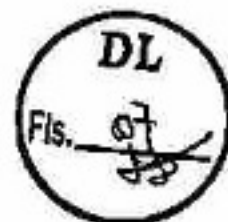
MIGUEL KFOURI NETO  
Presidente

<p>PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ</p> <p>CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003</p> <p>COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV</p>	
	CORNÉLIO PROCÓPIO - Comarca de Entrância Intermediária
	FORO JUDICIAL
	2ª Vara Cível
	FORO EXTRAJUDICIAL





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ									
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003									
MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V									
COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total	
-----									
-----									
Comélio Procópio	Interm.			4			1	5	
-----									



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ						
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003						
CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX						
CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1						
COMARCAS	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
1ª INSTANCIA						
ENTRANCIA INTERMEDIÁRIA						
		2				2
						✓





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 08 de maio de 2012.  
Of. nº 600/2012-GP

I - À DAP para leitura no expediente  
II - A DL para providências.  
Em 09/05/2012

Presidente

A sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual VALDIR LUIZ ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 11 MAIO 2012

1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o Incluso Anteprojeto de Lei que propõe a criação da 2ª Vara Cível da Comarca de Cornélio Procopio, de entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

  
MIGUEL KFOUR NETO  
Presidente



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 207/12**

Projeto de Lei nº. 207/12  
Autor: Tribunal de Justiça

**Súmula:** Cria a 2ª Vara Cível na Comarca de Cornélio Procopio, entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº. 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

**EMENTA:** CRIAÇÃO DA 2ª VARA CÍVEL NA COMARCA DE CORNÉLIO PROCÓPIO. ALTERAÇÃO DA LEI 14.277 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2003. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL PARECER FAVORÁVEL

**PREÂMBULO**

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa criar a 2ª Vara Cível na Comarca de Cornélio Procopio, alterando a Lei Estadual 14.277 de 30 de dezembro de 2003.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De Início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Primeiramente temos a competência exclusiva dos Tribunais para propor a criação de novas varas judiciais, conforme preceitua o artigo 96, inciso I, alínea d, da nossa Carta Magna, senão vejamos:

**Art. 96. Compete privativamente:**

**I - aos tribunais:**

**d) propor a criação de novas varas judiciais;**

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. [Gritos Nossos].**





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

DL  
Fls. 21  
08

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da criação de novas varas judiciárias, bem como da alteração judiciária para a Assembleia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

**Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:**

**I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:**

**d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;**

**e) a criação e extinção de comarcas, varas ou distritos judiciários; (Grifos Nossos).**

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.


Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

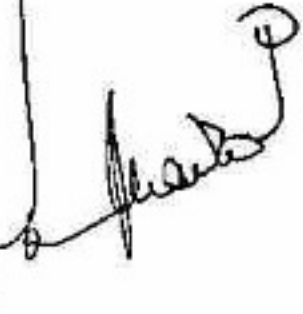
**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, em sede de parecer, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2012.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA  
RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 207/12

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 600/12 que objetiva criar a 2ª Vara Cível na Comarca de Cornélio Procopio, entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

Constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Fernando Scanavaca e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrado que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Podemos observar ainda, que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Em relação ao Impacto orçamentário-financeiro da presente proposta, e levando-se em conta a decorrente criação de um cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária, totaliza o valor anual aproximado de R\$340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais) para 2012, R\$456.000,00 (quatrocentos e cinquenta e seis mil reais) para o exercício de 2013 e R\$511.000,00 (quinhentos e onze mil reais) para o exercício de 2014. Informa também, o autor que tais valores serão suportados pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

Informa ainda, o autor da proposta que os cargos de Analistas e Técnicos Judiciários que irão compor a nova Secretaria Cível são objeto da Lei Estadual nº 16.023/08, e as despesas decorrente de seu



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

DL  
Fls. 25  
8

preenchimento serão suportadas pelo Fundo da Justiça (FUNJUS), criado pela Lei Estadual nº 15.942, de 03 de setembro de 2008.

É salutar observar que a proposta vem ladeada da Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que a mesma apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Isto posto, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões,

05/06/12

DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

DEPUTADA MARLA TURECK  
RELATORA



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA

~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI

Nº 209/12



**EMENTA:** Institui, para os magistrados do Poder Judiciário do Estado do Paraná, programa de reembolso financeiro para a aquisição de livros, *softwares* e demais obras jurídicas, publicadas em mídia impressa ou eletrônica, conforme especifica.

**Art. 1.º** Fica instituído para os magistrados do Poder Judiciário do Estado do Paraná, programa de reembolso financeiro para a aquisição de livros, *softwares* e demais obras jurídicas, publicadas em mídia impressa ou eletrônica, com caráter indenizatório, não compreendida no respectivo subsídio e insuscetível de integração a proventos de qualquer natureza.

**Parágrafo único.** O valor do reembolso, por magistrado em cada exercício financeiro, será de até R\$ 3.000,00 (três mil reais), reajustáveis anualmente pelo índice oficial de reposição do poder aquisitivo da moeda, por decreto judiciário.

**Art. 2.º** Não terá direito ao reembolso o magistrado:

- I – afastado da jurisdição por interesse particular, enquanto perdurar o afastamento;
- II – afastado da jurisdição para frequentar curso no Exterior, enquanto perdurar o afastamento;
- III – colocado em disponibilidade remunerada;
- IV – aposentado.





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



**Art. 3.º** Fica o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná autorizado a baixar ato administrativo, regulamentando o procedimento para obtenção do benefício e a respectiva prestação de contas.

**Parágrafo único.** O pedido de que trata o art. 1.º deverá ser encaminhado anualmente à Secretaria do Tribunal de Justiça, até o último dia útil do mês de março.

**Art. 4.º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do FUNREJUS – Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário.

**Art. 5.º** Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### JUSTIFICATIVA



O presente Anteprojeto de Lei, oriundo dos estudos objeto do protocolado sob nº 390.584/2011-TJPE, tem por objetivo instituir aos Magistrados do Poder Judiciário do Estado do Paraná, programa de reembolso financeiro para a aquisição de livros, softwares e demais obras jurídicas, publicadas em mídia impressa ou eletrônica, conforme especifica.

O aprimoramento intelectual da Magistratura há de ser constantemente buscado pelo Tribunal de Justiça. A atualização de conhecimentos reflete-se na qualidade da prestação jurisdicional. As constantes alterações legislativas e a própria evolução da Ciência do direito impõem aos juízes a necessidade inarredável de estudo constante. Para tanto, a aquisição de livros é indispensável.

Por outro lado, incumbe ao Poder Judiciário proporcionar aos seus Desembargadores e Juízes condições materiais favoráveis a essa contínua qualificação.

Para atingir tal finalidade, ora se propõe a instituição de um programa de reembolso, nos moldes adotados, por exemplo, pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Cada magistrado disporia de verba anual, até o limite de R\$ 3.000,00 (três mil reais), para assinatura de periódicos, aquisição de obras jurídicas e "softwares", em mídia impressa ou eletrônica, para auxiliá-lo em sua missão de julgar.

Ressalta-se que tal valor já é despendido pelo Tribunal, atualmente, com a aquisição de obras enviadas aos magistrados, para utilização e consulta diárias.

Todavia, sendo possível a cada julgador escolher as obras doutrinárias de sua preferência, evita-se o desperdício e aprimora-se o trabalho de pesquisa levado a efeito pelos juízes e respectiva assessoria.

Necessário destacar que, desde sempre, o juiz adquire as obras que compõem sua biblioteca, com recursos próprios. É raro caso de servidor público ou privado que compra, com dinheiro do bolso, seus instrumentos de trabalho.

O surgimento de novos meios auxiliares (softwares e afins), bem como o custo editorial sempre crescente, tem impossibilitado essa



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



aquisição de livros, periódicos, revistas e demais obras necessárias à elaboração de trabalhos jurídicos.

Ressalte-se, mais uma vez, que esse reembolso terá como consequência a redução dos dispêndios anuais do Tribunal de Justiça, com a obrigatória aquisição de códigos e obras de referência, anualmente destinadas aos magistrados.

A presente proposta de Anteprojeto de Lei foi aprovada pelo colendo Órgão Especial deste Tribunal de Justiça, no dia 10 de fevereiro de 2011. Todavia, para a aferição da absoluta legalidade da iniciativa, efetuamos consulta ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que respondeu positivamente às indagações desta Corte, nos seguintes termos:

*Tribunal de Contas do Estado do Paraná, protocolo sob nº 36301-7/11 em 15/06/2011; resultando no Acórdão nº 1855/11, Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, nos seguintes termos:*

*Vistos, relatados e discutidos, ACORDAM os Membros do Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, nos termos do voto do Relator, Conselheiro Hermas Eurides Brandão, por maioria absoluta em:*

*I – Responder a presente consulta nos seguintes termos:*

*a) É possível a criação da verba indenizatória aqui chamada de auxílio livro desde que atendidos os requisitos básicos legais para tanto, quais sejam:*

*Deve ter previsão legal;*

*Deve ter como fato gerador uma despesa realizada pelo servidor no interesse ou em virtude do exercício de suas funções;*

*Ser paga mediante reembolso e devidamente justificada, pois não poderá ter caráter remuneratório, tendo em vista o regime jurídico do subsídio e a vedação contida no artigo 39 § 4º da Constituição da República;*

*Prévia dotação orçamentária e;*

*Prévio empenho.*

*II – Asseverar, além desses requisitos, que devem ser obrigatoriamente obedecidos todos os ditames legais aplicáveis à matéria, em especial, citam-se princípios contidos no artigo 37, caput, da Constituição da*

*X/2*



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



*República e os limites com despesa de pessoal estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF)".*

Ressalte-se que, no Estado de São Paulo, o TCE dispensou a previsão legal. Lá, simples resolução do Órgão Especial, há vários anos, adota essa forma de reembolso.

É esta a justificativa que ora submetemos à elevada apreciação do Poder Legislativo do nosso Estado.

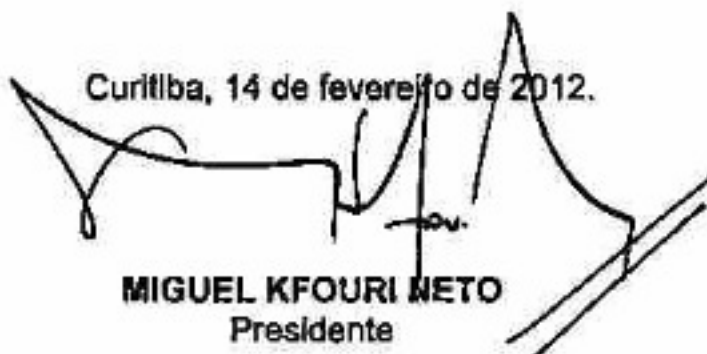
Enfatize-se, por oportuno, que o montante a ser despendido com o reembolso financeiro para aquisição de livros será suportado pelo orçamento do Fundo de Reequipamento do Judiciário – FUNREJUS.

*[Assinatura]*

DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que institui o programa de reembolso financeiro para a aquisição de softwares, livros e demais obras jurídicas, apresentam adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 14 de fevereiro de 2012.



MIGUEL KFOURI NETO  
Presidente

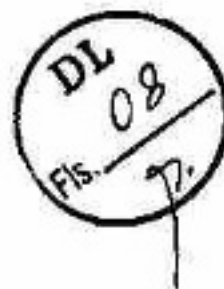




## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ



PROCESSO Nº: 363017/11  
ASSUNTO: CONSULTA  
ENTIDADE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
INTERESSADO: MIGUEL KFOURI NETO  
RELATOR: CONSELHEIRO HERMAS EURIDES BRANDÃO



### ACÓRDÃO Nº 1855/11 - Tribunal Pleno

CONSULTA VERBA INDENIZATÓRIA AQUISIÇÃO DE  
LIVROS. ~~POSSIBILIDADE ENTENDIDOS~~ OS  
REQUISITOS LEGAIS BÁSICOS.

#### I - RELATÓRIO

Estamos diante de Protocolo de Consulta formalizado pelo Exmo. Sr. Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná - TJPR.

Vencida a etapa inicial acerca da admissibilidade da consulta, na qual este Relator, em que pese se tratar de caso concreto, vislumbrou a possibilidade de resposta em tese nos moldes do permissivo regimental previsto no artigo 311, §1º do Regimento Interno desta Corte, tendo em vista o relevante interesse público que se consubstancia na aprimoração da função jurisdicional.

O protocolado foi remetido então à apreciação respectivamente da Coordenadoria de Jurisprudência e Biblioteca-CJB, da 3ª Inspeção de Controle Externo-3ª ICE, da Diretoria de Contas Estaduais-DCE, do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas-MPJT e da Diretoria Jurídica-DIJUR.

O questionamento submetido a esta Corte pelo Presidente do TJPR refere-se à qual a melhor forma de implantação do chamado auxílio livro, verba de caráter indenizatória cujo objetivo é permitir que os magistrados tenham condições de adquirir de forma mais célere obras jurídicas necessárias para o desempenho da função judicante.

O consultante justifica a pretensão de implantação da citada verba tendo em vista que o procedimento de aquisição de obras via procedimento licitatório

**CÓPIA**



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ



se mostra inadequado, uma vez que se prolonga no tempo e os magistrados necessitam no momento certo da obra para fins de consulta e esclarecimentos.

Traz ainda o consulente a notícia de que procedimento semelhante ao pretendido já foi adotado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

Para melhor enfrentamento analisemos separadamente os opinativos presentes nos autos:

### 1.1 - DA ASSESSORIA DA PRESIDÊNCIA DO TJPR

A Assessoria Jurídica da Presidência do TJPR emitiu opinativo no qual, em síntese, defende a possibilidade da implantação do auxílio livro nos moldes do que foi adotado pelo TJSP e TJMS, ou seja, o estabelecimento de uma verba transitória e indenizatória cujo objetivo é dotar os Magistrados "de instrumentos de trabalho atualizados para o exercício de suas atividades jurisdicionais, diante da contínua atualização de legislação e doutrina, em face das constantes alterações no ordenamento jurídico brasileiro, estendendo, ainda, à viabilização de técnicas modernas no campo de informática".

Continua, esclarecendo que a melhor forma seria via reembolso aos Magistrados após a "apresentação de nota-fiscal da compra, com apresentação de sua justificativa para aquisição, demonstrando a adequação da obra jurídica ou do software às atividades e atribuições do magistrado e a relevância de sua aquisição para o aperfeiçoamento intelectual e profissional do magistrado".

Aduz ainda que nos ditames da Lei 4.320/64 é indispensável à necessidade de prévio empenho para a realização da despesa.

Finaliza argumentando que o pagamento de verba fixa diretamente aos Magistrados teria caráter remuneratório, o que não seria adequado.

### 1.2 - DA CJB

### 1.2 - DA 3ª ICE

A 3ª ICE emitiu informação na qual agasalha o entendimento da Assessoria do TJPR ressaltando a necessidade de que sejam observados os princípios que regem a Administração Pública.

**CÓPIA**



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ



### 1.3 - DA DCE

A Diretoria de Contas Estaduais ressaltou que não adentrou na questão atinente a possibilidade legal da instituição do benefício, pois entende que não é este o objeto da consulta, e responde ao questionamento "defendendo que a despesa deverá observar os princípios basilares da administração pública, notadamente da legalidade e da moralidade, e as normas contidas tanto na Lei 4.320/64 como no Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público"

### 1.4 - DO MPJTC

O Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas emitiu opinativo no qual procura abordar a questão sob um enfoque mais abrangente, analisando-a sob os aspectos da legalidade de sua implementação, abordando a sistemática constitucional que trata do regime jurídico remuneratório dos agentes públicos, traz seu entendimento sob qual seria a natureza jurídica do auxílio livro, a natureza jurídica das obras bibliográficas, sua qualidade de bens essenciais à prestação jurisdicional e também os limites e possibilidades da aquisição de material destinado a equipar os juízos.

Ao final, o Representante do *parquet* de contas propõe que se responda a consulta, em síntese, no sentido de que verbas de natureza indenizatória prescindem de lei para sua criação; pela necessidade de previsão orçamentária específica e seu enquadramento como despesa com pessoal, sujeitando-a as regras constitucionais e infraconstitucionais acerca da matéria; incompatibilidade do auxílio livro com a sistemática constitucional relativa ao pagamento dos membros da magistratura por subsídio, uma vez que se trataria de verba de caráter remuneratório; os livros constituem bens públicos de uso especial e devem integrar o ativo permanente do patrimônio estatal e a compra do acervo bibliográfico deve ser realizada mediante procedimento licitatório.

### 1.5 - DA DIJUR

A Diretoria Jurídica segue na mesma linha do Ministério Público, entendendo pela impossibilidade da criação do auxílio livro por entender que tal procedimento afrontaria princípios e normas constitucionais.

**CÓPIA**



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ



### II - FUNDAMENTAÇÃO E VOTO

Trata-se de questão polêmica a que estamos a enfrentar, bastando verificarmos a diversidade de entendimentos dos que se manifestaram anteriormente.

Entretanto, data vênia, ousei divergir dos entendimentos dos Doutos Ministério Público e Diretoria Jurídica, pois entendo que a Constituição da República excepciona expressamente a possibilidade de acréscimo de verbas indenizatórias quando fixa a remuneração mediante subsídio em parcela única, vejamos a dilação do § 11 do artigo 37 da Constituição, *in verbis*:

§ 11. Não serão computadas, para efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI do caput deste artigo, as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

Trago à colação o escólio basilar de Celso Antônio Bandeira de Mello em sua clássica obra<sup>1</sup>:

...o disposto no art. 39, § 4º, tem que ser entendido com certos contemperamentos, não se podendo admitir que os remunerados por subsídio, isto é, por parcela única, fiquem privados de certas garantias constitucionais que lhes resultam do § 3º do mesmo artigo, combinado com diversos incisos do art. 7º, a que ele se reporta. Por esta razão, quando for o caso, haverá de lhes ser aditados tais acréscimos, deixando, em tais hipóteses, de ser única a parcela que os retribuirá.

A Constituição da República, como vimos, excepciona a verba de caráter indenizatório prevista em lei, ou seja, o que temos que investigar para respondermos adequadamente a presente consulta é se o auxílio livro nos moldes que deseja implantar o TJPR se enquadra no conceito de verba indenizatória.

Marçal Justen Filho traz luz a esse respeito<sup>2</sup>:

<sup>1</sup> MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo, Malheiros Editores, 2009, 26ª Ed. p. 270.

<sup>2</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Editora Saraiva, 2005, p. 642.

**CÓPIA**





## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

CABINETE  
Fls 17  
PRESIDENTE

DLr  
12  
97

Generalizou-se a utilização da expressão indenização para indicar valor pago para recompor o patrimônio do servidor em virtude de desembolsos por ele realizados no interesse ou em virtude do exercício de suas funções.

Ora, aqui é necessário se perguntar a quem caberia verificar se determinado desembolso realizado pelo servidor está sendo realizado no interesse ou em virtude do exercício de suas funções?

Não vislumbro outra hipótese que não a própria administração, e no caso em tela ao próprio Tribunal de Justiça, que no exercício de sua autonomia administrativa, garantida pela Constituição em seu artigo 99, poderá verificar se determinada despesa está sendo arcada pelo servidor no interesse ou no exercício de sua função.

É evidente que tal exame por parte da administração deva ser criterioso para se evitar o gasto sem critério e ilegal do dinheiro público.

O consultante, ao trazer para esta Corte seu questionamento sobre qual a melhor maneira de implantar o chamado auxílio livro, o faz após detectar, no exercício de sua autonomia administrativa, a necessidade de tal verba indenizatória, discutir se tal despesa existe ou enquadra-se no conceito de indenização descrito acima, data vênia, não cabe no escopo desta manifestação.

Neste momento o que cabe é responder em tese aquilo que foi trazido à manifestação desta Corte, ou seja, sem me alongar mais nos argumentos e partindo para a conclusão, proponho que se responda a presente consulta nos seguintes termos:

a) É possível a criação da verba indenizatória aqui chamada de auxílio livro desde que atendidos os requisitos básicos legais para tanto, quais sejam:

- Deve ter previsão legal;
- Deve ter como fato gerador uma despesa realizada pelo servidor no interesse ou em virtude do exercício de suas funções;

**CÓPIA**



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

GABINETE  
Fls. 18  
PRESIDENTE

DL  
13  
FIS.  
P.?

- Ser paga mediante reembolso devidamente justificada, pois não pode ter caráter remuneratório, tendo em vista o regime jurídico do subsídio e a vedação contida no artigo 39, §4º da Constituição da República;

- Prêvia dotação orçamentária e;
- Prêvio empenho;

Além desses requisitos, é oportuno asseverar que devem ser obrigatoriamente obedecidos todos os ditames legais aplicáveis à matéria, em especial, citam-se os princípios contidos no artigo 37, *caput*, da Constituição da República e os limites com despesas de pessoal estabelecidos na Lei Complementar nº 101/00 (LRF).

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro HERMAS EURIDES BRANDÃO, por maioria absoluta, em:

1 - Responder a presente consulta nos seguintes termos:

a) É possível a criação da verba indenizatória aqui chamada de auxílio livro desde que atendidos os requisitos básicos legais para tanto, quais sejam:

- Deve ter previsão legal;
- Deve ter como fato gerador uma despesa realizada pelo servidor no interesse ou em virtude do exercício de suas funções;
- Ser paga mediante reembolso e devidamente justificada, pois não pode ter caráter remuneratório, tendo em vista o regime jurídico do subsídio e a vedação contida no artigo 39, §4º da Constituição da República;

**CÓPIA**





## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ



- Prévia dotação orçamentária e;
- Prévio empenho;

II – Asseverar, além desses requisitos, que devem ser obrigatoriamente obedecidos todos os ditames legais aplicáveis à matéria, em especial, citam-se os princípios contidos no artigo 37, *caput*, da Constituição da República e os limites com despesas de pessoal estabelecidos na Lei Complementar nº 101/00 (LRF).

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros NESTOR BAPTISTA, CAIO MARCIO NOGUEIRA SOARES, HERMAS EURIDES BRANDÃO e IVAN LELIS BONILHA e o Auditor JAIME TADEU LECHINSKI (voto vencedor).

O Auditor THIAGO BARBOSA CORDEIRO não acompanhou o voto do relator (voto vencido).

Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas KATIA REGINA PUCHASKI.

Sala das Sessões, 22 de setembro de 2011 – Sessão nº 34.

HERMAS EURIDES BRANDÃO  
Conselheiro-Relator

FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES  
Presidente

**CÓPIA**



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 14 de fevereiro de 2012.  
Of. nº 201/2012-GP

I - À DAP para leitura no expediente  
II - À DL para providências.  
Em, 10/02/2012.

Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual VALDIR LUIZ ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 14 MAIO 2012

1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o Incluso Anteprojeto de Lei que institui o programa de reembolso financeiro para a aquisição de softwares, livros e demais obras jurídicas.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

MIGUEL KFOURI NETO  
Presidente

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARANÁ	
PROTOCOLO Nº	1633
EM	29.02.2012
Mares	
FUNCIONÁRIO	

RECEBUEMOS DO SENHOR DEPUTADO VALDIR LUIZ ROSSONI EM 14/02/2012 ÀS 14:22H. 2182/2012-1001



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 209/12**

Projeto de Lei nº. 209/12  
Autor: Tribunal de Justiça

**Súmula:** Institui, para os magistrados do Poder Judiciário do Estado do Paraná, programa de reembolso financeiro para a aquisição de livros, softwares e demais obras jurídicas, publicadas em mídia impressa ou eletrônica, conforme específica.

**EMENTA:** INSTITUI PROGRAMA DE REEMBOLSO FINANCEIRO PARA AQUISIÇÃO DE LIVROS, SOFTWARES E DEMAIS OBRAS JURÍDICAS, PUBLICADAS EM MÍDIA IMPRESSA OU ELETRÔNICA. MAGISTRADOS DO PODER JUDICIÁRIO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 27, 65 E 101 DA CE. DECLARAÇÃO DE IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO A LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça dispõe sobre a instituição do programa de reembolso financeiro para a aquisição de livros, softwares e demais obras jurídicas, publicadas em mídia impressa ou eletrônica para os magistrados do Poder Judiciário do Paraná.

Concedido vista.

Em 22.05.12  
Antônio Quintana  
OCJ



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná DL*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Fls. 28

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Federal estabelece que compete privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juizes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver:

**Art. 96. Compete privativamente:**

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juizes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;

Na mesma esteira a Constituição Estadual estabelece:

**Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:**

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juizes, observados o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal; (Grifo nosso).

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, compatibilizado com o Plano Plurianual - PPA, 2012-2015.


Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.


**CONCLUSÃO**


Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 29 de Maio de 2012

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ADEMAR TRAIANO  
RELATOR

  
**VOTO  
CONTRARIO  
AO PARECER**  
Dep. Ar Edson  
Dep. Tadeu  
Vereador  
29/05/12

  
RUI RUSCH





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 209/12

O Plano de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 201/12 que objetiva instituir para os Magistrados do Poder Judiciário do Estado do Paraná, programa de reembolso financeiro para aquisição de livros, softwares e demais obras jurídicas, publicadas em mídia impressa ou eletrônica, conforme especifica.

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Elío Rusch e após sua análise constitucional e regimental, exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa.

Podemos observar ainda, que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS.

É salutar observar que a proposta vem ladeada da Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que a mesma apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Isto posto, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.




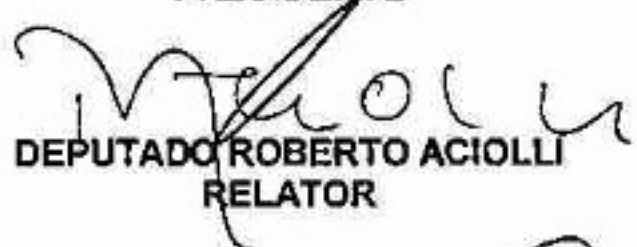
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



É o parecer.

Sala das Comissões, 05/06/12

  
DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI  
RELATOR





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



## ~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI Nº 250/12

**SÚMULA:** Altera o art. 2º da Lei n.º 15.942, de 3 de setembro de 2008, que criou o Fundo da Justiça.

Art. 1.º Fica alterado o art. 2.º, da Lei n.º 15.942, de 3 de setembro de 2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 2.º O Fundo da Justiça – FUNJUS tem por objetivo prover os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução das despesas decorrentes do processo de estatização, neste compreendido a recomposição dos servidores do Quadro de Pessoal das unidades estatais do 1.º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná."*

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



### JUSTIFICATIVA

O presente anteprojeto de lei dispõe sobre o Fundo da Justiça do Estado do Paraná - FUNJUS, criado pela Lei n.º 15.942, de 03 de setembro de 2008.

A proposta tem por finalidade adequar o Fundo da Justiça à necessidade atual do 1.º grau de jurisdição, visando a expansão e o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional das unidades estatais.

A Constituição da República Federativa do Brasil, no art. 31 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, impõe a estatização das serventias do foro judicial, assim definidas em lei, respeitado o direito dos atuais titulares.

A Lei n.º 14.277 de 30 de dezembro de 2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), em seu art. 1.º, §§ 5.º e 6.º, assim dispõe:

*"Art. 1º (...)*

*§ 5.º Ficam estatizadas as serventias do foro judicial, inclusive as criadas por esta lei, respeitados os direitos dos atuais titulares.*

*§ 6.º O Poder Judiciário, observadas as suas disponibilidades financeiras e orçamentárias, encaminhará mensagem à Assembleia Legislativa dispondo sobre o Quadro de Servidores e respectivos vencimentos, para cumprimento do disposto no parágrafo anterior."*

Essa augusta Assembleia Legislativa, para dar cumprimento à ordem constitucional e legal, aprovou a Lei n.º 15942, de 03 de setembro de 2008, e criou o Fundo da Justiça - FUNJUS, com a finalidade precípua de prover os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução do plano de estatização deste Tribunal.

Também mereceu análise dessa casa a Lei n.º 16.023, de 19 de dezembro de 2008, que dispõe sobre as carreiras dos funcionários públicos do Quadro de Pessoal de 1.º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná, como também sobre as atribuições das unidades estatizadas, visando dar as condições necessárias ao processo de estatização das serventias do foro judicial.

A estatização, todavia, não compreende apenas a transformação das varas privadas em estatais, em decorrência da aposentadoria, morte ou perda do cargo pelo titular da serventia. A estatização abrange, de igual, a instalação de novas varas, que já nascem estatizadas, de Família, Infância e Juventude, Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública, criadas pelo Código de Organização e Divisão Judiciárias e por leis posteriores, aprovadas por essa Casa, nos termos do disposto no § 5.º do art. 1.º da referida Lei 14.277/2003, que estatizou todas as serventias judiciais.





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Inclui-se no conceito de estatização, portanto, não só a transformação da escrivania privada em estatal, pela vacância do Ofício, ou a instalação de Varas criadas pelo CODJ ou por leis posteriores, mas também a adequação das serventias estatizadas já existentes, com o propósito, repita-se, de aperfeiçoar o serviço prestado à população paranaense, destinatária da Justiça e de todas as demais funções de Estado.

Além da transformação da serventia de caráter privado em vara estatal e a instalação de novas unidades estatizadas, existe a necessidade de se promover a recomposição do quadro de servidores das varas estatais do 1.º grau de jurisdição, com a finalidade de se propiciar condições para a efetiva melhoria da prestação jurisdicional prestada pelas unidades estatizadas em todas as Comarcas do Estado do Paraná.

A proposição se justifica, ainda, em razão de ser inadmissível que duas varas, igualmente estatizadas, uma agora instalada em cumprimento ao CODJ ou a lei posterior – e outra, da mesma natureza, já existente, não possam dispor dos mesmos recursos humanos, necessários à boa prestação do serviço judiciário.

A presente proposta visa, portanto, estabelecer, de forma clara, a possibilidade de utilização dos recursos do FUNJUS para cobrir as despesas decorrentes da recomposição dos servidores nas unidades judiciárias estatais, observada a plena adequação orçamentária e financeira à receita do Fundo da Justiça.

Diga-se, ainda, que a presente alteração encontra-se em consonância com os objetivos preconizados no art. 2.º, da Lei n.º 15.942/2008, consistente na expansão e aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, em benefício da população que busca o Judiciário.

Em síntese, o anteprojeto aqui apresentado ao Legislativo Paranaense tem o condão de corrigir distorção ora existente, que dispensa tratamento desigual às serventias do foro judicial, igualmente estatizadas: umas, em condições de prestar serviços adequados; outras, carentes de pessoal – mesmo dispondo o FUNJUS de recursos para promover a recomposição do quadro funcional daquelas unidades.

Promovida tal alteração, o Poder Judiciário do Estado do Paraná disporá, ainda, de melhores condições de cumprir os mandamentos legais, desempenhando sua missão constitucional de forma eficaz, célere e com a melhor qualidade possível.

A alteração do art. 2º da Lei n.º 15942, de 03 de setembro de 2008 contou com a aprovação, por unanimidade de votos, do egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em sessão realizada no dia 13/04/12.

Em razão da aludida alteração não implicar em aumento de despesas, deixamos de apresentar a Declaração do Ordenador da Despesa.

Lei 15942 - 03 de Setembro de 2008



Publicado no ~~Acervo~~ Diário Oficial nº. 7799 de 3 de Setembro de 2008

**Súmula:** Cria o Fundo da Justiça, do Poder Judiciário do Estado do Paraná, com a finalidade que especifica e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 2º.** O Fundo da Justiça tem por objetivo prover os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução das despesas decorrentes da referida estatização, de forma a assegurar condições para a expansão e aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA



Curitiba, 24 de abril de 2012.  
Of. nº 569/2012-GP

I - À DAP para leitura no expediente  
II - A DL para providências.

Em, 06/04/2012

Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual VALDIR LUIZ ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 14 MAIO 2012

1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que altera o art. 2º da Lei n.º 15.942, de 3 de setembro de 2008, que criou o Fundo da Justiça.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Deixamos de apresentar a declaração de adequação orçamentária em razão da alteração acima referida não implicar em aumento de despesas.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

  
MIGUEL KFOURI NETO  
Presidente

14889 14/05/2012 08:27:33 569 0330110 12030 0100 00 00000



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 210/12**

**Projeto de Lei nº. 210/12**

**Autor: Tribunal de Justiça**

Súmula: Altera o art. 2º da Lei nº 15.942, de 03 de setembro de 2008, que criou o Fundo da Justiça.

**EMENTA: ALTERA O ART. 2º DA LEI Nº 15.942, DE 03 DE SETEMBRO DE 2008, QUE CRIOU O FUNDO DA JUSTIÇA. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 124 RI ALEP. ARTS. 65 E 101 DA CE. ART. 1º LEI ESTADUAL Nº 14.277/03. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.**

**PREÂMBULO**

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça tem por finalidade adequar o Fundo da Justiça à necessidade atual do 1º grau de jurisdição, visando a expansão e o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional das unidades estatais.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 85, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

**Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná**



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da alteração judiciária para a Assembleia Legislativa do Paraná, vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal;

II - a alteração da organização e da divisão judiciárias;

A Lei Estadual nº 14.277 de 30 de dezembro de 2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), em seu art. 1º, §§5º e 6º, assim dispõe:

Art. 1º. Este Código dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e disciplina a constituição, a estrutura, as atribuições e a competência do Tribunal de Justiça, dos Juízes e Serviços Auxiliares, observados os princípios constitucionais que os regem.

§ 5º. Ficam estatizadas as serventias do foro judicial, inclusive as criadas por esta lei, respeitados os direitos dos atuais titulares.



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

DL  
Fls. 18  
91

§ 6º. O Poder Judiciário, observadas as suas disponibilidades financeiras e orçamentárias, encaminhará mensagem à Assembleia Legislativa dispondo sobre o Quadro de Servidores e respectivos vencimentos, para cumprimento do disposto no parágrafo anterior.

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, tendo em vista que não implicará em aumento de despesas.

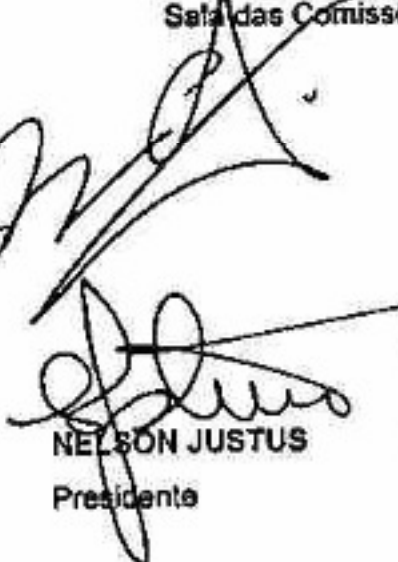
Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela aprovação do presente Projeto de Lei, em virtude de sua constitucionalidade por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2012

  
NELSON JUSTUS  
Presidente

  
CESAR SILVESTRI FILHO  
Relator





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 210/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Tribunal de Justiça – Ofício nº 569/12 que altera o art. 2º da Lei nº 15.942, de 03 de setembro de 2008, que criou o Fundo da Justiça.

Preliminarmente denota-se que a Iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Cesar Silvestri Filho e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa.

Observe-se que o objeto do Projeto em tela, está em consonância com o art. 65, da Constituição do Estado do Paraná, onde constata-se a competência do Presidente do Tribunal de Justiça Estado para iniciar projetos desta natureza. Saliento ainda, que o art. 101, do mesmo diploma legal, assegura a iniciativa privativa do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

De igual modo, assevera o autor que deixa de apresentar a declaração de adequação orçamentária e financeira em razão da alteração da proposta referida, não implicar em aumento de despesas.

Isto posto, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



É o parecer. 05/06/12

Sala das Comissões,

DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

DEPUTADO WALDYR RUGLIESI  
RELATOR



**PROJETO DE LEI**

*nº 211/12*

**EMENTA:** Cria a 2ª Vara Cível no Foro Regional de Campo Largo, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

**Art. 1º** Fica criada no Foro Regional de Campo Largo, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a 2ª Vara Cível, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

**Art. 2º** O art. 255, inciso III, da Lei referida no artigo 1º, passa a vigorar acrescido da alínea "b", com a seguinte redação:

*"Art. 255. Fica criado nos Foros Regionais que integram a Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, o seguinte:*

*...*

**III – No Foro Regional de Campo Largo:**

*a) ...*

*b) a 2ª Vara Cível;"*

*...*

**Art. 3º** Fica criado 1 (um) cargo de Juiz de Direito de entrância final para o Foro Regional de Campo Largo.

**Art. 4º** Ficam alterados os anexos IV, V e IX, Tabela 1, da Lei referida no artigo 1º.

**Art. 5º** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

*[Assinatura]*

**JUSTIFICATIVA**

O presente Anteprojeto de Lei originado do protocolado sob nº 256.076/2011, tem por finalidade a criação da 2ª Vara Cível, no Foro Regional de Campo Largo.


A proposição altera a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, no âmbito da composição de seus Anexos, e visa a expansão da prestação jurisdicional no Estado do Paraná, de forma a racionalizar e redistribuir o volume de serviços no Foro Regional de Campo Largo, que integra a Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

A proposta prevê, ainda, a criação de um cargo de Juiz de Direito de entrância final para a estruturação do Foro Regional, o que modifica os Anexos V e IX, Tabela 1, da Lei Estadual nº 14.277/2003, conforme detalhado nos artigos 3º e 4º do Anteprojeto de Lei.

A nova Vara atenderá uma população de 118.907 habitantes e um total de 26.525 processos que se encontram em andamento nas Varas daquele Foro, segundo informações retiradas do Boletim de Movimentação Forense da Corregedoria-Geral da Justiça.

A criação da 2ª Vara Cível no Foro Regional de Campo Largo foi objeto de aprovação pela douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, em manifestação datada de 09 de abril de 2012 e pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no dia 13 de abril de 2012.

Ressalte-se que os Anexos alterados pela presente proposta deverão ser publicados juntamente com o texto final da lei, vez que são parte integrante da mesma.



O impacto orçamentário-financeiro da presente proposta, considerando a criação de mais um cargo de Juiz de Direito de entrância final, totaliza o valor anual aproximado de R\$ 321.000,00, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

Com a criação desta nova unidade, o custo com pessoal a ser suportado pelo FUNJUS, será de aproximadamente R\$ 660.000,00, já considerando diversas variáveis, tais como encargos sociais, gratificações, etc.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 3º Quadrimestre de 2011, a Despesa Total com Pessoal situou-se em 3,99% (três vírgula noventa e nove por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ									
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003									
MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V									
COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 1º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total	
1ª INSTÂNCIA									
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA									
Foro Regional de Campo Largo	Final			4	1			5	

KH



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ  
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003  
CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX  
CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ							
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003							
CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX							
CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1							
COMARCAS	Desembargador	Juiz de Direito (Substituto em 2º Grau)	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
1ª INSTÂNCIA							
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA							
Foro Regional de Campo Largo			1				1
							X

DL  
Fls. 7  
2

DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que altera a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, com a criação da 2ª Vara Cível no Foro Regional de Campo Largo, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, apresenta adequação orçamentário-financeira com o Orçamento do Poder Judiciário, para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual - PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 24 de abril de 2012.

MIGUEL KFOURI NETO  
Presidente



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 24 de abril de 2012.  
Of. nº 568/2012-GP

I - À DAP para leitura no expediente  
II - À DL para providências.

Em 29/05/2012

Presidente

A sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Nesta Capital



Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que trata da criação da 2ª Vara Cível no Foro Regional de Campo Largo, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

**MIGUEL KFOURI NETO**  
Presidente

1409 14-05-2012 08:27:41 MP ESTADUAL LEGISLATIVA DO PARANÁ



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei nº 211/2012

Autor: TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

SÚMULA: Cria a 2ª Vara Cível no Foro Regional de Campo Largo, da Comarca da Região metropolitana de Curitiba, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30.12.2003 e adota outras providências.

O Projeto de Lei nº 211/2012, de autoria do Tribunal de Justiça, visa criar a 2ª Vara Cível no Foro Regional de Campo Largo, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, com o objetivo de expandir a prestação jurisdicional no Estado do Paraná, de forma a racionalizar e redistribuir o volume de serviços naquele Foro.

Conforme artigo 33-A-I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, compete à Comissão de Constituição e Justiça verificar a constitucionalidade, legalidade e legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa utilizada.

Primeiramente, saliente-se a competência exclusiva dos Tribunais para propor a criação de novas Varas Judiciais, conforme preceitua o artigo 96-I, alínea "d" da nossa Carta Magna, corroborada pela Constituição estadual, em seu artigo 65, combinado com o artigo 101-I, alíneas "d" e "e".



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná DL

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Fls. 22  
08

No que se refere ao impacto financeiro, observa-se que o Projeto em análise não viola na Lei Complementar Federal nº 101/2000, a qual exige que o projeto que acarreta aumento de despesas estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o Tribunal de Justiça anexou ao projeto em tela declaração de que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual-PPA-2012/2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013/2011.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei ora em análise não encontra óbice frente à Lei Complementar nº 95/98.

Diante do exposto, nosso PARECER é pela APROVAÇÃO do Projeto da Lei nº 211/2012, em vista da sua CONSTITUCIONALIDADE, e por estarem presentes os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2012.

Deputado NELSON JUSTUS  
Presidente

Deputado GILTO QUINTANA  
Relator





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 211/12**

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 568/12 que objetiva criar a 2ª Vara Cível no Foro Regional de Campo Largo, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

Constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Caio Quintana e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrado que possa obstar anormal tramitação processual legislativa.

Podemos observar ainda, que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Em relação ao impacto orçamentário-financeiro da presente proposta, e levando-se em conta a decorrente criação de 01 (um) cargo de Juiz de Direito de entrância final, totaliza o valor anual aproximado de R\$321.000,00 (trezentos e vinte e um mil reais), a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça. Informa ainda, o autor que com a criação desta nova unidade, o custo com pessoal a ser suportado pelo FUNJUS, será de aproximadamente R\$660.000,00 (seiscentos e sessenta mil reais), já considerando diversas variáveis, tais como encargos sociais, gratificações, etc.

É salutar observar que a proposta vem acompanhada da Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que a mesma apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



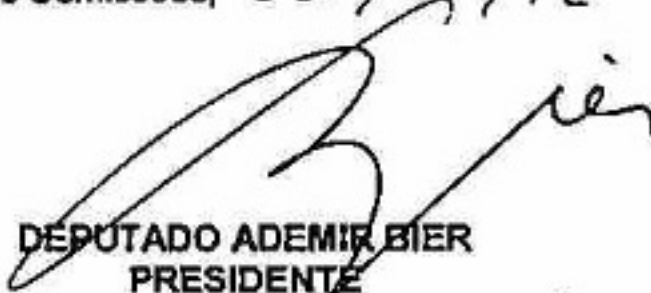
Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.


Assim sendo, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões,

05/06/12

  
DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI  
RELATOR

  
ELCIO







Estado do Paraná  
Poder Judiciário

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA



~~PROJETO DE LEI~~ Nº 212/12

**SÚMULA:** Cria a 3ª Vara Cível e a Vara da Fazenda Pública na Comarca de Paranaguá, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

○ **Art. 1º** Ficam criadas a 3ª Vara Cível e a Vara da Fazenda Pública na Comarca de Paranaguá, de entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

**Art. 2º** Fica alterado o artigo 263 da Lei referida no art. 1º, que passa a vigorar acrescido do inciso XXXII, com a seguinte redação:

*\*Art. 263.....*

*(...)*

*XXXII – na Comarca de Paranaguá:*

*a) a 3ª Vara Cível;*

*b) a Vara da Fazenda Pública.”*

○ **Art. 3º** Ficam criados dois (2) cargos de Juiz de Direito para a Comarca de Paranaguá, de entrância intermediária.

**Art. 4º** Ficam alterados os Anexos IV, V, e IX Tabela 1 da Lei referida no art. 1º.

**Art. 5º** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA



## JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei, oriundo do protocolado sob nº 368.678/2011-TJPR, tem por finalidade criar a 3ª Vara Cível e a Vara da Fazenda Pública na Comarca de Paranaguá, de entrância intermediária, com o intuito de expandir ainda mais a prestação jurisdicional no Estado do Paraná, de forma a racionalizar e redistribuir o volume de serviços naquele Foro.

O Cediço que se faz necessário assegurar a adequada expansão da estrutura funcional e organizacional do Poder Judiciário de 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná, de forma a atender a exigência do art. 5º, inc. LXXVIII, da Constituição Federal e a crescente demanda da sociedade por uma prestação jurisdicional célere e efetiva.

O Foro Judicial da referida Comarca de Paranaguá, abrangerá 3 (três) Varas Cíveis, 2 (duas) Varas Criminais, a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial e a Vara da Fazenda Pública; devendo atender uma população de aproximadamente 136.911 habitantes, com 94.806 eleitores e um total de 166.969 processos em andamento.

A 41ª Seção Judiciária é composta apenas pela Comarca de Paranaguá, sede da Seção.

A criação da 3ª Vara Cível e da Vara da Fazenda Pública, na Comarca de Paranaguá, de entrância intermediária, foi objeto de aprovação pela douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, em deliberação datada de 12 de março de 2012, e pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em Sessão realizada no dia 13 de abril de 2012.



Estado do Paraná  
Poder Judiciário

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA



Outrossim, os Anexos IV, V e IX, da Lei Estadual nº 14.277/2003 (CODJ), alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei deverão ser publicados juntamente com o texto final da lei, vez que é parte integrante da mesma.

O impacto orçamentário-financeiro da presente proposta, considerando a criação de mais 2 (dois) cargos de Juiz de Direito de entrância intermediária, totaliza o valor aproximado de R\$ 770.000,00, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça do Estado.

Os cargos de Analistas e Técnicos Judiciários que irão compor a nova Secretaria da 3ª Vara Cível e da Vara da Fazenda Pública são objeto da Lei Estadual nº 16.023/2008, e os custos com o seu preenchimento correrão pelo Fundo da Justiça, criado pela Lei Estadual nº 15.942, de 03 de setembro de 2008, no valor anual de aproximadamente R\$ 969.000,00.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 3º Quadrimestre de 2011, a Despesa Total com Pessoal situou-se em 3,99% (três vírgula noventa e nove por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003**  
**COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV**

.....	
<b>PARANAGUÁ - Comarca de Entrância Intermediária</b>	
<b>FORO JUDICIAL</b>	
.....	
<b>3ª Vara Cível</b>	
.....	
<b>Vara da Fazenda Pública</b>	
.....	
<b>FORO EXTRAJUDICIAL</b>	
.....	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ									
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003									
MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V									
COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Total			
<b>1ª INSTÂNCIA</b>									
Paraná									
Interm.		7		1		2		10	





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



## DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, Inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que cria a 3ª Vara Cível e a Vara da Fazenda Pública na Comarca de Paranaguá, de entrância intermediária, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 24 de abril de 2012.

  
**MIGUEL KFOURI NETO**  
Presidente



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 24 de abril de 2012.  
Of. nº 567/2012-GP

I - À DAP para leitura no expediente  
II - ADL para providências.  
Em 27/05/2012  
Presidente

A sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual VALDIR LUIZ ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Nesta Capital

Senhor Presidente:

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.  
Em, 14 MAIO 2012  
1º Secretário

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a criação da 3ª Vara Cível e a Vara da Fazenda Pública na Comarca de Paranaguá, de entrância intermediária, e altera a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

  
MIGUEL KFOURI NETO  
Presidente

14118 14/05/2012 08:27:55 Nº 0000111 LEGISLATIVA DO PARANÁ





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 212/12**

Projeto de Lei nº. 212/12  
Autor: Tribunal de Justiça

**Súmula:** Cria a 3ª Vara Cível e a Vara da Fazenda Pública na Comarca de Paranaguá, alterando a Lei Estadual n.º. 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

**EMENTA:** CRIAÇÃO DA 3ª VARA CÍVEL E A VARA DA FAZENDA PÚBLICA NA COMARCA DE PARANAGUÁ. ALTERANDO A LEI ESTADUAL 14.277 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2003. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa criar a 3ª Vara Cível e a Vara da Fazenda Pública na Comarca de Paranaguá, alterando a Lei Estadual nº 14.277 de 30 de dezembro de 2003, com o intuito de expandir ainda mais a prestação jurisdicional no Estado do Paraná, de forma a racionalizar e redistribuir o volume de serviços naquele Foro.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

DL  
Fis. 18  
98

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Primeiramente temos a competência exclusiva dos Tribunais para propor a criação de novas varas judiciais, conforme preceitua o artigo 96, Inciso I, alínea d, da nossa Carta Magna, senão vejamos:

Art. 96. Compete privativamente:

I - aos tribunais:

d) propor a criação de novas varas judiciais;

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

DL  
Fls. 19  
6

de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da criação de novas varas judiciárias, bem como da alteração judiciária para a Assembleia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

e) a criação e extinção de comarcas, varas ou distritos judiciários; (Grifos Nossos).

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o Tribunal de Justiça anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

DL  
Fis. 20  
08

compatibilidade com o Plano Plurianual - PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.


Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2012.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ALEXANDRE CURIV  
RELATOR





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 212/12**

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 567/12 que objetiva criar a 3ª Vara Cível e a Vara da Fazenda Pública na Comarca de Paranaguá, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

Constatamos que a Iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Alexandre Curi e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrado que possa obstar anormal tramitação processual legislativa.

Observamos que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Em relação ao impacto orçamentário-financeiro da presente proposta, considerando a criação de 02 (dois) cargos de Juiz de Direito de entrância intermediária, totaliza o valor anual aproximado de R\$770.000,00 (setecentos e setenta mil reais), a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

Informa ainda, o autor que os cargos de Analistas e Técnicos Judiciários que irão compor a nova Secretaria da 3ª Vara Cível e da Vara da Fazenda Pública são objeto da Lei Estadual nº 16.023/08, e os custos com o seu preenchimento correrão pelo Fundo da Justiça, criado pela Lei Estadual nº 15.942, de 03 de setembro de 2008, ao valor anual de aproximadamente R\$969.000,00 (novecentos e sessenta e nove mil reais).





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



Observe-se ainda, que a proposta vem acompanhada da Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que a mesma apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Desta forma, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 05/06/12.

DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

DEPUTADO FRANCISCO BUHRER  
RELATOR





## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



### PROJETO DE LEI nº 248/12.

**Súmula:** Reajusta, conforme especifica, os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do Quadro Efetivo do Poder Judiciário do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria e ao 1º Grau de Jurisdição e os valores dos vencimentos básicos dos cargos de provimento em comissão, a partir de 1º de maio de 2012, e adota outras providências.

**Art. 1.º** Os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do Quadro Efetivo do Poder Judiciário do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria e ao 1º Grau de Jurisdição, constantes no Anexo III, Tabelas 1, 2, 3 e 4, Anexo VIII, Tabelas 1, 2, 3 e 4 e Anexo IX da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, e alterações posteriores, ficam reajustados no percentual de 5,10% (cinco vírgula dez por cento), a partir de 1º de maio de 2012, de conformidade com as Tabelas de Níveis de Vencimentos constantes dos Anexos desta Lei.

**§ 1.º** O reajuste de 5,10% (cinco vírgula dez por cento) corresponde à reposição inflacionária medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, no período de 1.º de maio de 2011 a 30 de abril de 2012, em observância à data de revisão instituída no art. 5.º da Lei Estadual nº 16.165, de 06 de julho de 2009, e em atendimento ao disposto no Inciso X, do art. 27 da Constituição Estadual.

**§ 2.º** Ficam reajustados, no mesmo percentual e a partir da mesma data constante do *caput* deste artigo, os proventos de aposentadoria e os benefícios de pensão dos servidores do Quadro Efetivo do Poder Judiciário do Estado do Paraná, concedidos com fundamento no art. 40 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 2º da mesma Emenda Constitucional, regulamentados pela Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004.



Estado do Paraná  
Poder Judiciário

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



§ 3.º Ficam reajustados, no mesmo percentual e a partir da mesma data constante do *caput* deste artigo, os valores correspondentes à Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI, conforme disposto nos arts. 22 e 24 da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010.

Art. 2.º Ficam reajustados no mesmo percentual e a partir da mesma data constante do *caput* do art. 1º os vencimentos básicos dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário constantes no Anexo I da Lei Estadual nº 16.023, de 19 de dezembro de 2008, e alterados pelo Anexo I da Lei Estadual nº 16.745, de 29 de dezembro de 2010, de conformidade com a Tabela de Níveis de Vencimentos constante do Anexo II desta Lei.

Art. 3.º Os vencimentos básicos dos cargos de provimento em comissão, do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, ficam reajustados no percentual de 5,10% (cinco vírgula dez por cento) conforme valores das Tabelas de Cargos em Comissão do Tribunal de Justiça constantes do Anexo III.

Art. 4.º Ficam reajustados no mesmo percentual e a partir da mesma data constante do *caput* do art. 1º os proventos de aposentadoria e os benefícios de pensão dos servidores pertencentes aos Quadros do Foro Judicial que permanecem regidos pela Lei Estadual nº 11.719, de 12 de maio de 1997, de conformidade com a Tabela de Níveis de Vencimentos constante do Anexo IV desta Lei.

Art. 5.º A implementação em folha de pagamento, do reajuste constante da presente Lei, fica condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira e às disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 6.º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do Poder Judiciário, pelo orçamento do Fundo da Justiça ou pela PARANAPREVIDÊNCIA, quando couber.

Art. 7.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2012.



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



## TABELA DE NÍVEIS DE VENCIMENTOS - EM REAIS

### ANEXO I

(Altera o Anexo III, Tabelas 1, 2, 3 e 4, Anexo VIII, Tabelas 1, 2, 3 e 4 e Anexo IX da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010)

### ANEXO III

Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça  
Enquadramento e Tabela de Vencimento

### TABELA 1

GRUPO ESPECIAL SUPERIOR (ESP)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
ESP-1	6.380,11
ESP-2	6.571,61
ESP-3	6.768,67
ESP-4	6.971,72
ESP-5	7.180,88
ESP-6	7.396,30
ESP-7	7.618,19
ESP-8	7.848,74
ESP-9	8.082,14



Estado do Paraná  
Poder Judiciário

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



TABELA 2

GRUPO SUPERIOR DE APOIO ESPECIALIZADO (SAE)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
SAE-1	4.318,44
SAE-2	4.532,25
SAE-3	4.758,87
SAE-4	4.996,82
SAE-5	5.246,68
SAE-6	5.508,89
SAE-7	5.784,43
SAE-8	6.073,66
SAE-9	6.380,11

TABELA 3

GRUPO INTERMEDIÁRIO DE APOIO ADMINISTRATIVO (IAD)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
IAD-1	3.882,70
IAD-2	4.055,84
IAD-3	4.258,63
IAD-4	4.471,56
IAD-5	4.695,14
IAD-6	4.929,90
IAD-7	5.176,40
IAD-8	5.435,22
IAD-9	5.706,98

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TABELA 4

GRUPO BÁSICO (BAS)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
BAS-1	2.144,00
BAS-2	2.261,93
BAS-3	2.386,33
BAS-4	2.517,57
BAS-5	2.656,05
BAS-6	2.802,13
BAS-7	2.956,25
BAS-8	3.118,64
BAS-9	3.290,38

### ANEXO VIII

Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição  
Parte Suplementar  
Enquadramento e Tabela de Vencimento

TABELA 1

GRUPO OCUPACIONAL DOS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA (SEJR)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
SEJ-1	5.373,17
SEJ-2	5.641,83
SEJ-3	5.923,91
SEJ-4	6.220,12
SEJ-5	6.531,12
SEJ-6	6.857,68
SEJ-7	7.200,55
SEJ-8	7.560,58
SEJ-9	7.938,61

TABELA 2

GRUPO OCUPACIONAL DE APOIO ESPECIALIZADO (AES)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
AES-1	4.929,90
AES-2	5.176,40
AES-3	5.435,22
AES-4	5.706,98
AES-5	5.992,32
AES-6	6.291,94
AES-7	6.606,54
AES-8	6.938,87
AES-9	7.283,71

TABELA 3

GRUPO OCUPACIONAL DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA (AUJ)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
AUJ-1	3.862,70
AUJ-2	4.055,84
AUJ-3	4.258,64
AUJ-4	4.471,56
AUJ-5	4.695,14
AUJ-6	4.929,90
AUJ-7	5.176,40
AUJ-8	5.435,22
AUJ-9	5.706,98



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TABELA 4

GRUPO OCUPACIONAL BÁSICO (BAS)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
AOB-1	2.144,00
AOB-2	2.261,83
AOB-3	2.388,33
AOB-4	2.517,57
AOB-5	2.656,05
AOB-6	2.802,13
AOB-7	2.956,25
AOB-8	3.118,84
AOB-9	3.290,38

ANEXO IX

Escritórios das Varas de Família e das Varas de registros Públicos e Anexos

Enquadramento e Tabela de Vencimento

NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
FRA-1	2.684,04
FRA-2	2.818,24
FRA-3	2.959,16
FRA-4	3.107,12
FRA-5	3.262,48
FRA-6	3.425,59
FRA-7	3.596,87
FRA-8	3.776,71
FRA-9	3.965,55

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## ANEXO II

(Altera o ANEXO I, Tabelas 1 e 2 da Lei Estadual nº 16.745, de 29 de dezembro de 2010)

### Anexo I

Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição  
Parte Permanente  
Enquadramento e Tabela de Vencimento

TABELA 1

GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR (SUP)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
SUP-1	3.148,60
SUP-2	3.306,03
SUP-3	3.471,33
SUP-4	3.644,89
SUP-5	3.827,13
SUP-6	4.018,49
SUP-7	4.219,42
SUP-8	4.430,39
SUP-9	4.651,92



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



TABELA 2

GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO (INT)	
NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO
INT-1	2.145,95
INT-2	2.253,24
INT-3	2.365,02
INT-4	2.484,21
INT-5	2.608,42
INT-6	2.738,84
INT-7	2.875,79
INT-8	3.019,58
INT-9	3.170,55

X



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### ANEXO III

#### CARGOS EM COMISSÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TABELA 1

CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR	
SÍMBOLO	R\$
DAS-1	652,60
DAS-2	575,97
DAS-3	536,80
DAS-4	459,01
DAS-5	419,80

TABELA 2

CARGOS EM COMISSÃO	
SÍMBOLO	R\$
1-C	270,94
2-C	250,22
3-C	230,97
4-C	213,35
5-C	200,55
6-C	188,50



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



## ANEXO IV

### TABELA DE NÍVEIS DE VENCIMENTOS

NÍVEIS DE VENCIMENTO						
ORDEN	A	B	C	D	E	F
1	1.429,34	1.842,74	2.360,46	2.976,32	4.399,65	5.676,23
2	1.462,76	1.885,15	2.408,60	3.048,02	4.502,79	5.809,22
3	1.497,02	1.928,50	2.457,75	3.117,40	4.608,27	5.945,32
4	1.532,04	1.972,86	2.515,24	3.190,42	4.716,22	6.084,64
5	1.567,91	2.018,24	2.574,10	3.265,19	4.826,72	6.227,21
6	1.604,58	2.064,63	2.634,33	3.341,69	4.939,82	6.373,10
7	1.642,14	2.112,13	2.695,97	3.419,99	5.055,57	6.522,42
8	1.680,59	2.160,70	2.759,06	3.500,11	5.173,99	6.675,81
9	1.719,88	2.210,40	2.823,63	3.582,10	5.295,26	6.831,63
10	1.760,13	2.261,23	2.889,69	3.666,07	5.419,33	
11	1.801,32	2.313,24	2.957,33	3.751,99	5.546,29	



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



### JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei, originário dos protocolos nºs 179.908/2012 e 179.903/2012 dispõe sobre o reajuste dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do Quadro Efetivo do Poder Judiciário do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria e ao 1º Grau de Jurisdição, nele compreendido o Foro Judicial e os Juizados Especiais, e sobre os vencimentos básicos dos cargos de provimento em comissão, de conformidade com as tabelas constantes do Anexo I, II e III do presente Anteprojeto de Lei.

A proposta prevê o reajuste correspondente à reposição inflacionária de 5,10% (cinco vírgula dez por cento), constituído pela variação percentual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, no período de 1.º de maio de 2011 a 30 de abril de 2012, incidente, a partir de 1º de maio de 2012.

A tabela de vencimentos básicos de que tratam os Anexos I, II, III e IV deste Anteprojeto, substitui àquelas constantes dos Anexos I, II, III e IV da Lei Estadual nº 16.821, de 02 de junho de 2011, refletindo a política de manutenção do poder aquisitivo dos vencimentos básicos dos servidores, mediante a reposição das perdas inflacionárias ocorridas no período de 1º de maio de 2011 a 30 de abril de 2012, atendendo-se, por conseguinte, aos preceitos contidos no art. 27, inciso X, da Constituição Estadual.

Por se tratar de mera reposição inflacionária, e em obediência ao art. 24 da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, o § 3º do art. 1º do Anteprojeto de Lei autoriza a incidência do mesmo índice de reajuste sobre os valores correspondentes à Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI, instituída nos termos do art. 22 da mesma lei.

Incidirá também o reajuste de 5,10% (cinco vírgula dez por cento) sobre os vencimentos básicos dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário constantes no Anexo I da Lei Estadual nº 16.023, de 19 de dezembro de 2008, e alterados pelo Anexo I da Lei Estadual nº 16.745, de 29 de dezembro de 2010, conforme níveis de vencimentos estabelecidos no Anexo II do presente Anteprojeto de Lei.

De igual modo, está se fazendo a necessária atualização nas tabelas de vencimento básico dos cargos de provimento em comissão, do quadro





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



de servidores do Poder Judiciário, pois o Anexo III deste Anteprojeto de Lei reajusta em 5,10% (cinco vírgula dez por cento) os valores constantes das Tabelas do Anexo III, da Lei Estadual nº 16.821, de 02 de junho de 2011.

O art. 4º da proposição determina, no que couber, o reajuste dos proventos de aposentadorias e pensões dos servidores pertencentes aos Quadros do Foro Judicial que permanecem regidos pela Lei Estadual nº 11.719, de 12 de maio de 1997, conforme níveis de vencimentos estabelecidos no Anexo IV.

O período de reajuste correspondente à reposição inflacionária, de 1º de maio de 2011 a 30 de abril de 2012, é resultado da determinação contida no art. 5.º da Lei Estadual n.º 16.165, de 06 de julho de 2009, que instituiu a data de 1º de maio de cada ano, a partir do exercício financeiro de 2010, como data para revisão geral anual estabelecida no Inciso X do art. 27 da Constituição Estadual.

O impacto orçamentário-financeiro da presente proposta corresponde a um acréscimo para o presente exercício financeiro de aproximadamente R\$ 21.200.000,00 (vinte e um milhões e duzentos mil reais), sendo R\$ 20.413.000,00 (vinte milhões quatrocentos e treze mil reais) suportado pelo orçamento do Tribunal de Justiça e R\$ 787.000,00 (setecentos e oitenta e sete mil reais) suportado pelo orçamento do FUNJUS.

Com o presente reajuste, a despesa anual com pessoal será de aproximadamente R\$ 975.000.000,00 (novecentos e setenta e cinco milhões de reais) para o exercício de 2012, R\$ 1.130.000.000,00 (um bilhão cento e trinta milhões de reais) para o exercício de 2013 e de R\$ 1.258.000.000,00 (um bilhão duzentos e cinquenta e oito milhões de reais) para o exercício de 2014, nos termos da Informação n.º 125/2012, datada de 18 de maio de 2012, do Departamento Econômico e Financeiro, que, em seu item II, menciona a *“existência de saldo orçamentário, no orçamento liberado, suficiente para atender a presente solicitação na fonte 100 – ordinário não vinculado”*.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao terceiro quadrimestre de 2011, a Despesa Total de Pessoal situou-se em 3,99% (três vírgula noventa e nove por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



A presente proposta de Anteprojeto de Lei foi aprovada pelo egrégio Órgão Especial deste Tribunal de Justiça na Sessão Ordinária realizada em 11 de maio de 2012.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa, de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011 - LOA, e compatibilidade com Plano Plurianual - PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

*[Assinatura]*



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



### DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que propõe o reajuste de 5,10% (cinco vírgula dez por cento), a partir de 1º de maio de 2012, sobre os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do Quadro Efetivo do Poder Judiciário do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais e sobre os valores dos vencimentos básicos dos cargos de provimento em comissão, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 21 de maio de 2012.



**MIGUEL KFOURI NETO**  
Presidente do Tribunal de Justiça

Curitiba, 21 de maio de 2012.  
Of. nº 668/2012-GP

I - À DAP para leitura no expediente  
II - À D.L. para providências.  
Em 21/05/2012

Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual VALDIR LUIZ ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 22 MAIO 2012

1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe o reajuste de 5,10% (cinco vírgula dez por cento), a partir de 1º de maio de 2012, sobre os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do Quadro Efetivo do Poder Judiciário do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais e sobre os valores dos vencimentos básicos dos cargos de provimento em comissão.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

  
MIGUEL KFOURI NETO  
Presidente do Tribunal de Justiça



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 218/12**

Projeto de Lei nº. 218/12  
Autor: Tribunal de Justiça

**Súmula:** Reajusta, conforme especifica os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do Quadro Efetivo do Poder Judiciário do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria e ao 1º Grau de Jurisdição e os valores dos vencimentos básicos dos cargos de provimento em comissão, a partir de 1º de maio de 2012, e adota outras providências.

**EMENTA:** RESJUSTE DOS VENCIMENTOS BÁSICOS DOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS. QUADRO EFETIVO DO PODER JUDICIÁRIO. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, originário dos protocolos nº. 179.908/2012 e 179.903/2012 dispõe sobre o reajuste dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do Quadro Efetivo do Poder Judiciário do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria e ao 1º Grau de Jurisdição, nele compreendido o Foro Judicial e os Juizados Especiais, e sobre os vencimentos básicos dos cargos de provimento em comissão, de



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



conformidade com as tabelas constantes do Anexo I, II e III do presente Projeto de Lei.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

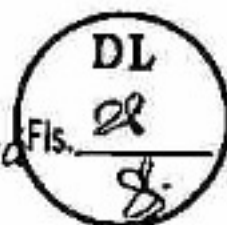
Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifos Nossos).**





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Federal estabelece que compete privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver:

Art. 94. Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores,  
onde houver;

Corrobora deste entendimento a Constituição Estadual:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de  
Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o  
disposto no art. 169 da Constituição Federal:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração  
dos seus serviços auxiliares e dos juízes que lhe forem  
vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus  
membros e dos juízes, observado o que dispõem os  
arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição  
Federal (Grifos Nossos).

No que se refere ao impacto financeiro, devemos  
observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº.  
101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa  
estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-  
financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o  
aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida  
legislação, o Tribunal de Justiça anexou ao projeto, declaração que o  
aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira  
com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

DL  
30  
8

compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.

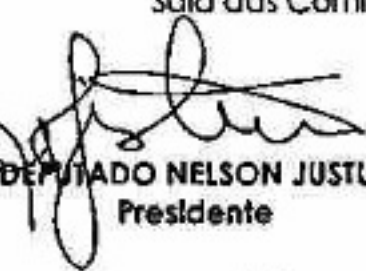
Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

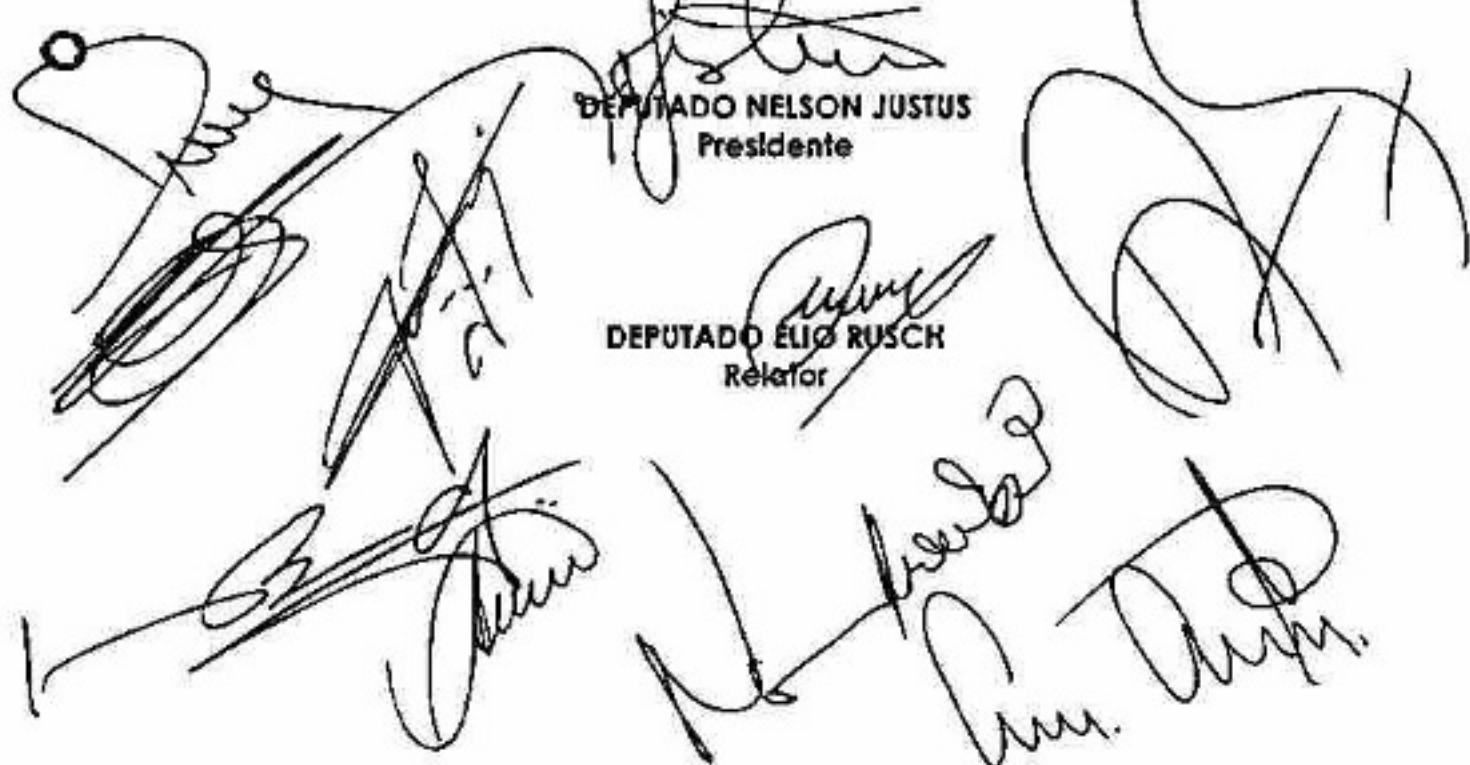
**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 29 de Maio de 2012.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
Presidente

  
DEPUTADO ELÓI RUSCH  
Relator





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 218/12

O Plano de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 668/12 que objetiva reajustar, conforme especifica, os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do Quadro Efetivo do Poder Judiciário do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria e ao 1º Grau de jurisdição e os valores dos vencimentos básicos dos cargos de provimento em comissão, a partir de 1º de maio de 2012, e adota outras providências.

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Elio Rusch e após sua análise constitucional e regimental, exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa.

Podemos observar ainda, que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do Poder Judiciário, pelo orçamento do Fundo da Justiça ou pela PARANAPREVIDÊNCIA, quando couber.

Em relação ao impacto orçamentário-financeiro da presente proposta, consoante a justificativa do próprio autor, corresponde a um acréscimo para o presente exercício financeiro de aproximadamente R\$21.200.000,00 (vinte e um milhões e duzentos mil reais), sendo R\$20.413.000,00 (vinte milhões quatrocentos e treze mil reais) suportado pelo orçamento do Tribunal de Justiça e R\$787.000,00 (setecentos e oitenta e sete mil reais) suportado pelo orçamento do FUNJUS.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

DL  
Fls. 33

Informa ainda, o autor da matéria em tela, que com o presente reajuste, a despesa anual com pessoal será de aproximadamente R\$975.000.000,00 (novecentos e setenta e cinco milhões de reais) para o exercício de 2012, R\$1.130.000.000,00 (um bilhão cento e trinta milhões de reais) para o exercício de 2013 e de R\$1.258.000.000,00 (um bilhão duzentos e cinquenta e oito milhões de reais) para o exercício de 2014, conforme a Informação nº 125/2012, de 18 de maio de 2012, do Departamento Econômico e Financeiro.

De igual modo, é salutar observar que a proposta vem acompanhada da Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que a mesma apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Sendo assim, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 05/06/12

DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

DEPUTADA MARLA TURECK  
RELATORA





## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



### **PROJETO DE LEI nº 213/12.**

**Súmula:** Reajusta, conforme especifica, os valores básicos dos proventos de aposentadoria dos serventuários do foro extrajudicial do Estado do Paraná, e adota outras providências.

**Art. 1.º** Os valores básicos dos proventos dos serventuários aposentados do foro extrajudicial passam a vigorar acrescidos do percentual de 11,93 % (onze vírgula noventa e três por cento), a partir de 1º de maio de 2012.

**Art. 2.º** A tabela de níveis de proventos básicos dos serventuários do Foro Extrajudicial estabelecida no Anexo I da Lei Estadual n.º 16.851, de 1º de julho de 2011, passa a vigorar consoante a tabela em anexo.

**Art. 3.º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do Poder Judiciário ou da PARANAPREVIDÊNCIA quando couber.

**Art. 4.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2012.

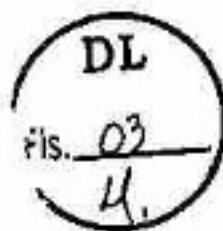
*[Assinatura]*

*[Assinatura]*





# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



## ANEXO I

TABELA DE NÍVEIS DOS PROVENTOS BÁSICOS DOS SERVENTUÁRIOS DO FORO EXTRAJUDICIAL  
(Altera o Anexo I da Lei Estadual n.º 15.040, de 05 de abril de 2005)

### OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Entrância Final	E4	4.718,22
Entrância Intermediária	E3	4.608,27
Entrância Inicial	E2	4.502,79

### TABELÃO DE NOTAS

Entrância Final	E4	4.718,22
Entrância Intermediária	E3	4.608,27
Entrância Inicial	E2	4.502,79

### OFICIAL DE PROTESTOS DE TÍTULOS

Entrância Final	E4	4.718,22
Entrância Intermediária	E3	4.608,27
Entrância Inicial	E2	4.502,79

### OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS P.J.

Entrância Final	E4	4.718,22
Entrância Intermediária	E3	4.608,27
Entrância Inicial	E2	4.502,79

### OFICIAL DE REGISTRO CIVIL, NASCIMENTO, CASAMENTO E ÓBITO

Entrância Final	E4	4.718,22
Entrância Intermediária	E3	4.608,27
Entrância Inicial	E2	4.502,79

### ESCRIVÃO DISTRITAL

Entrância Final	E1	4.399,65
Entrância Intermediária	D11	3.751,99
Entrância Inicial	D10	3.666,08

### OFICIAL MAIOR (SEDE COMARCA)

Entrância Final	E1	4.399,65
Entrância Intermediária	D11	3.751,99
Entrância Inicial	D10	3.666,07

### OFICIAL MAIOR (CARTÓRIO DISTRITAL)

Entrância Final	D10	3.666,07
Entrância Intermediária	D4	3.190,42
Entrância Inicial	C1	2.360,48

### ESCREVENTE JURAMENTADO (SEDE COMARCA)

Entrância Final	D10	3.666,07
Entrância Intermediária	D4	3.190,42
Entrância Inicial	C1	2.360,48

### ESCREVENTE JURAMENTADO (CARTÓRIO DISTRITAL)

Entrância Final	C1	2.360,48
Entrância Intermediária	B8	2.160,70
Entrância Inicial	B3	1.928,50

4



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



### JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei, originário do protocolado sob nº 179.904/2012, dispõe sobre o reajuste dos atuais níveis dos proventos básicos dos serventuários aposentados do foro extrajudicial do Estado do Paraná, de conformidade com a tabela constante do Anexo I do referido Anteprojeto.

O reajuste de 11,93% (onze vírgula noventa e três por cento) previsto no art. 1º do anteprojeto de lei corresponde à correção monetária pelo IPCA de maio de 2010 a abril de 2012, e representa a reposição inflacionária do período.

A proposta de reajuste com a incidência da correção monetária em período superior a um ano se justifica porque a Lei Estadual n.º 16.851, de 1º de julho de 2011, ao conceder reajuste no ano de 2011 aos serventuários do foro extrajudicial de nosso Estado, o fez apenas até o mês de abril de 2010. Assim, a presente proposta visa atualizar os valores dos proventos básicos dos serventuários aposentados do foro extrajudicial do Estado do Paraná, de forma a que nenhum período deixe de ser contemplado.

A tabela de que trata o Anexo I deste Anteprojeto, substitui àquela constante do Anexo I da Lei Estadual nº 16.851, de 1º de julho de 2011, e tem por objetivo a manutenção do poder aquisitivo dos proventos dos serventuários aposentados, atenuando as perdas inflacionárias ocorridas no período de 1º de maio de 2010 a 30 de abril de 2012, atendendo-se, por conseguinte, aos preceitos contidos no art. 27, inciso X, da Constituição Estadual.

O impacto orçamentário-financeiro da presente proposta corresponde a um acréscimo para o presente exercício financeiro de aproximadamente R\$ 780.000,00 (setecentos e oitenta mil reais).

Com o presente reajuste, a despesa anual com pessoal será de aproximadamente R\$ 975.437.000,00 (novecentos e setenta e cinco milhões quatrocentos e trinta e sete mil reais) para o exercício de 2012, R\$ 1.130.698.000,00 (um bilhão cento e trinta milhões seiscentos e noventa e oito mil reais) para o exercício de 2013 e de R\$ 1.259.947.000,00 (um bilhão duzentos e cinquenta e nove milhões novecentos e quarenta e sete



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



mil reais) para o exercício de 2014, nos termos da Informação n.º 126/2012, datada de 21 de maio de 2012, do Departamento Econômico e Financeiro, que, em seu item II, menciona a *"existência de saldo orçamentário, no orçamento liberado, suficiente para atender a presente solicitação na fonte 100 – ordinário não vinculado"*.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao terceiro quadrimestre de 2011, a Despesa Total de Pessoal situou-se em 3,99% (três vírgula noventa e nove por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A presente proposta de Anteprojeto de Lei foi aprovada pelo egrégio Órgão Especial desta Tribunal de Justiça na Sessão Ordinária realizada em 11 de maio de 2012.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa, de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011 - LOA, e compatibilidade com Plano Plurianual - PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

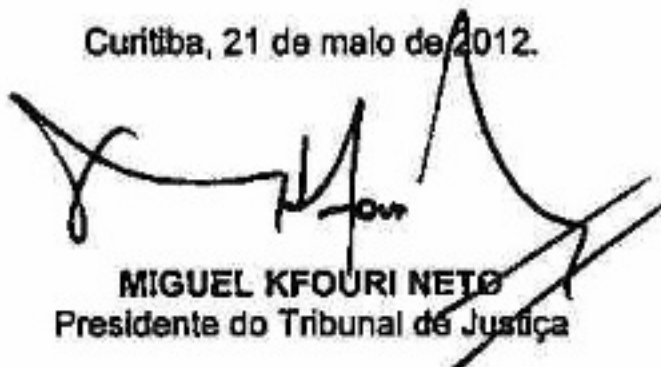
## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



### DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 18, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que propõe o reajuste dos valores básicos dos proventos de aposentadoria dos serventuários do foro extrajudicial do Estado do Paraná, no percentual de 11,93 % (onze vírgula noventa e três por cento), apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 21 de maio de 2012.



**MIGUEL KFOURI NETO**  
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 21 de maio de 2012.  
Of. nº 669/2012-GP

I - À DAP para leitura no expediente  
II - À DL para providências.  
Em 21/05/2012

Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual VALDIR LUIZ ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.  
Em, 22 MAIO 2012  
1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe o reajuste dos valores básicos dos proventos de aposentadoria dos serventuários do foro extrajudicial do Estado do Paraná, no percentual de 11,93% (onze vírgula noventa e três por cento).

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

MIGUEL KFOURI NETO  
Presidente do Tribunal de Justiça





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 219/12**

Projeto de Lei nº. 219/12  
Autor: Tribunal de Justiça

**Súmula:** Reajusta, conforme especifica os valores básicos dos proventos de aposentadoria dos serventuários do Foro Extrajudicial do Estado do Paraná, e adota outras providências.

**EMENTA:** REAJUSTE DOS VALORES BÁSICOS DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA DOS SERVENTUÁRIOS DO FORO EXTRAJUDICIAL. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, originário do protocolado sob o n.º. 179.904/2012, dispõe sobre o reajuste dos atuais níveis dos proventos básicos dos serventuários aposentados do foro extrajudicial do Estado do Paraná, no montante de 11,93% (onze vírgula noventa e três por cento).

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Anibal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifos Nossos).

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Federal estabelece que compete privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a remuneração dos seus serviços auxiliares, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver:

**Art. 96. Compete privativamente:**

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízes que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver; (Grifos Nossos).

Corroborando deste entendimento a Constituição Estadual:

**Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízes que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal; (Grifos Nossos).

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o Tribunal de Justiça anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

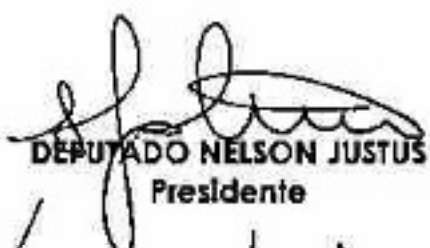


Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 29 de Maio de 2012.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
Presidente

  
DEPUTADO NEREU MOURA  
Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 219/12

O Projeto de Lei em questão é originário do Tribunal de Justiça – Ofício nº 669/12 e tem como objetivo reajustar os valores básicos dos proventos dos serventuários aposentados do foro extrajudicial do Estado do Paraná, na ordem de 11,93% (onze vírgula noventa e três por cento), a partir de 1º de maio de 2012.

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Nereu Moura e após sua análise constitucional e regimental, exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa.

Podemos observar ainda, que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do Poder Judiciário ou da PARANAPREVIDÊNCIA, quando couber.

Em relação ao impacto orçamentário-financeiro da presente proposta, corresponde a um acréscimo para o presente exercício financeiro de aproximadamente R\$780.000,00 (setecentos e oitenta mil reais).

Informa ainda, o autor do Projeto em tela, que com o presente reajuste, a despesa anual com pessoal será de aproximadamente R\$975.437.000,00 (novecentos e setenta e cinco milhões quatrocentos e trinta e sete mil reais) para o exercício de 2012, R\$1.130.698.000,00 (um bilhão cento e trinta milhões seiscentos e noventa e oito mil reais) para o exercício de 2013 e de R\$1.259.947.000,00 (um bilhão duzentos e cinquenta e nove milhões novecentos e quarenta e sete mil reais) para o





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



exercício de 2014, nos termos da Informação nº 126/2012, de 21 de maio de 2012, do Departamento Econômico e Financeiro.

De igual modo, é salutar observar que a proposta vem acompanhada da Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que a mesma apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Sem mais, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 05/06/12

DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

DEPUTADO WALDYR PUGLIESI  
RELATOR





LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 13 JUN 2012

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 263/2012.

Concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao  
senhor SÉRGIO FERRO.

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do  
Estado do Paraná ao Pintor, Arquiteto e Professor SÉRGIO FERRO, PEREIRA.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de junho de 2012.

Voto a  
RASURA  
quanto

Plauto Miró  
Plauto Miró

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO

DEPUTADO ESTADUAL



## JUSTIFICATIVA

Sérgio Ferro, nascido em Curitiba, em 25 de julho de 1938, graduou-se em arquitetura pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo em 1962.

Pós-graduou-se em Museologia e Evolução Urbana em 1965. Lecionou e especializou-se em Semiologia sob a orientação de Umberto Eco em 1966.

Lecionou Composição e Plástica na Escola de Formação Superior de Desenho, em São Paulo, de 1962 a 1968.

Foi professor de História da Arte e Estética na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo de 1962 a 1970, e na Faculdade de Arquitetura na Universidade de Brasília, de 1969 a 1970.

Em 1987 Sérgio recebeu o prêmio de Melhor Pintor do Ano, da Associação Paulista de Críticos de Arte.

Em 1992 recebeu em Paris, do Governo da França, a Comenda "Chevaller de Arts e des Lettres". Ainda na França, escolhido por uma Comissão, pintou "Os Passos da Paixão", para a Catedral de Lille.

Dedicado à pintura mural, tem executado obras de grandes dimensões, destacando-se na França os murais realizados nas cidades de Villeneuve, Lyon e Grenoble.

A convite do Arquiteto Oscar Niemeyer, pintou mural para o Memorial da América Latina, em São Paulo.

Em Curitiba, executou os murais comemorativos aos 300 anos da Cidade e aos 500 anos do Brasil, no ano 2000, ambos localizados no Memorial de Curitiba.

A homenagem proposto merece o apelo desta Casa, fazendo justiça ao cidadão Sérgio Ferro, que gravou sua arte na Cidade de Curitiba.



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Curitiba, 13 de junho de 2012.

Ofício 03/12

Senhor Deputado:

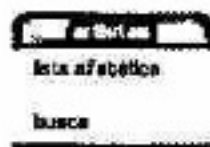
Na qualidade de Líder do partido dos Democratas, venho através do presente autorizar utilizar a quota para o Projeto de Lei que concede o Título de Cidadão Honorário e Benemérito ao Senhor Sergio Ferro, que será apresentado pelo Deputado Plauto Miró no dia 13 de Junho do corrente ano.

Sem mais para o momento, aproveito o ensejo para manifestar votos de congratulações e respeito.

Atenciosamente,

  
ELIO LIND RUSCH  
Líder Democratas

Ao Excelentíssimo Senhor  
DEPUTADO PLAUTO MIRÓ  
DEMOCRATAS  
Nesta Casa



obras  
 biografia  
 comentário crítico  
 trabalho  
 textos críticos  
 fontes de pesquisa

Exposições  
 individuais  
 coletivas

sugestões

## Ferre, Sérgio (1938) II

### Biografia

Sérgio Ferreira Pereira (Curitiba PR 1938). Pintor, desenhista, arquiteto e professor. Formou-se arquiteto pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAUUSP, em 1962. Três anos depois, faz pós-graduação em museologia e evolução urbana, na mesma faculdade. Em 1965, participa da organização da mostra Opinião 65, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro - MAMRJ, onde também expõe. Cursa museologia na Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, em 1966. Na década de 1960, integra com Flávio Império (1935 - 1985) e Rodrigo Lefevre (1938 - 1984) o Grupo Arquitetura Nova. É professor da Escola de Formação Superior de Desenho, entre 1962 e 1968; do curso de história da arte e de estética da FAUUSP, de 1962 a 1970; e do curso de arquitetura da Universidade de Brasília - UnB, entre 1969 e 1970. Por causa da ditadura militar no Brasil, muda-se para a França, em 1972. De 1972 a 2003, leciona na École Nationale Supérieure d'Architecture de Grenoble (Escola Nacional Superior de Arquitetura de Grenoble), na Suíça, e, na mesma universidade, funda o laboratório Dessin/Chantier [desenho/canteiro] e o dirige de 1982 a 1997. Realiza pinturas figurativas, inspirando-se principalmente em figuras presentes nos desenhos e pinturas de Michelangelo Buonarroti (1475 - 1564). Recebe o prêmio de melhor pintor da Associação Paulista de Críticos de Arte - APCA, em 1987. Publica, entre outros, os livros *O Canteiro e o Desenho*, 1978; *Michelangelo: Notas por Sérgio Ferreira*, 1981, e *Michel-Ange, Architecte et Sculpteur*, 1988. Realiza murais para várias instituições na França e no Brasil, como o Memorial da América Latina, em 1990, e o Memorial de Curitiba, em 1996 e em 2002.

Veja nas  
 Enciclopédias  
 teatro -  
 personalidade  
 Império, Flávio  
 (1935 - 1985)

Atualizado em 07/02/2007

# Sérgio Ferro



Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre.

**Sérgio Ferro Pereira** (Curitiba, 25 de julho de 1938) é um pintor, desenhista, arquiteto e professor brasileiro radicado na França há mais de 30 anos.

Ferro se formou em arquitetura e urbanismo em 1962 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), tendo sido logo depois convidado pelo professor João Batista Vilanova Artigas a integrar o quadro docente da instituição, como assistente de ensino na cadeira de História da Arte. A partir daquele ano até 1970 foi também professor de composição plástica, história da arte e estética em várias escolas e faculdades de arte e arquitetura em Santos, São Paulo e Brasília. Durante este período, juntamente de Rodrigo Lefèvre e Flávio Império, constituiu o grupo denominado Arquitetura Nova, o qual foi responsável pela elaboração de uma crítica, segundo a perspectiva do marxismo, à produção arquitetônica instituída no Brasil de uma forma geral e estabelecendo-se especificamente como um contraponto teórico à obra e a escola do antigo mentor do grupo, o professor Vilanova Artigas.

## Índice

- 1 Regime Militar
- 2 Exílio na França
- 3 Bibliografia
- 4 Referências
- 5 Ver também

## Regime Militar

Durante o regime militar, Sérgio Ferro, assim como seus companheiros da Arquitetura Nova, estabeleceu relações com o Partido Comunista do Brasil, que defendia a luta armada e a guerrilha contra o regime ditatorial, como caminhos para a efetivação de uma revolução socialista no país. Juntou-se à Aliança Libertadora Nacional, de Carlos Marighella.

Em 20 de março de 1968, juntamente com Rodrigo Lefèvre e o economista Diógenes José Carvalho Oliveira [1], colocou uma bomba-relógio no estacionamento situado no sub-solo do Conjunto Nacional, em São Paulo, visando atingir a biblioteca do USIS (antigo *United States Information Service*, atual *U.S. Information Agency*) e o consulado dos Estados Unidos, no térreo do edifício.

## Exílio na França

Devido à sua militância política e a perseguição do regime militar Ferro foi afastado da Universidade de São Paulo e exilou-se na França, estabelecendo-se em Grenoble. Impossibilitado de exercer a profissão de arquiteto naquele país, dedicou-se à atividade artística e ao magistério, em cursos de artes e arquitetura. Entre 1972 e 1989 lecionou na Universidade de Grenoble, na França. Nesse período, realizou afrescos na *Villeneuve* (1975), [2] na *École Buttes* (1981) e na *École Joseph Vallier* (1983). Sua pintura se caracteriza por imagens inacabadas, nítidas citações a Michelangelo e a Leonardo, misturadas a esboços, colagens, textos manuscritos.[3]

## Bibliografia

- ARANTES, Pedro Fiori; *Arquitetura Nova - Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre. De Dibos aos mutirões autogeridos*. São Paulo: Editora 34, 2002. ISBN 8573262516
- KOURY, Ana Paula; *Arquitetura Nova - Flávio Império, Rodrigo Lefèvre, Sérgio Ferro*. São Paulo: Guerra Editora / Edusp / Fapesp, 2004. ISBN 8531407834

## Referências

- ↑ Recordando a História. O Diógenes do PT (<http://www.temuma.com.br/diogenes.htm>)
- ↑ Art et patrimoine de la Villeneuve de Grenoble (<http://patrimoine.vn.free.fr/#fresques>) (em francês)
- ↑ Obras de Sérgio Ferro (<http://www.geocities.com/lizworld99/sergio.htm>)

## Ver também

- Lista de pintores do Brasil

Obtida de "http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Sérgio\_Ferro&oldid=28412629"

**Categorias:** Pintores do Paraná | Arquitetos do Paraná | Professores da Universidade de São Paulo  
Naturais de Curitiba | Desenhistas do Paraná

- Esta página foi modificada pela última vez à(s) 01h55min de 19 de janeiro de 2012.
- Este texto é disponibilizado nos termos da licença Atribuição-Partilha nos Mesmos Termos 3.0 não Adaptada (CC BY-SA 3.0); pode estar sujeito a condições adicionais. Consulte as condições de uso para mais detalhes.





Ferro, Sérgio (1938)

Outros Nomes: S. Ferro, Sérgio Ferro, Sérgio Ferro, Sérgio Ferro Pereira

### Biografia

Sérgio Ferro Pereira (Curitiba PR 1938). Pintor, desenhista, arquiteto e professor. Forma-se arquiteto pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU/USP, em 1962. Três anos depois, faz pós-graduação em museologia e evolução urbana, na mesma faculdade. Em 1965, participa da organização da mostra *Opinião 65*, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro - MAM/RJ, onde também expõe. Cursa semilologia na Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, em 1966. Na década de 1960, integra com Flávio Império (1935 - 1985) e Rodrigo Lefevre (1938 - 1984) o Grupo Arquitetura Nova. É professor da Escola de Formação Superior de Desenho, entre 1962 e 1968; do curso de história da arte e de estética da FAU/USP, de 1962 a 1970; e do curso de arquitetura da Universidade do Brasil - UnB, entre 1969 e 1970. Por causa da ditadura militar no Brasil, muda-se para a França, em 1972. De 1972 a 2003, leciona na École Nationale Supérieure d'Architecture de Grenoble [Escola Nacional Superior de Arquitetura de Grenoble], na Suíça, e, na mesma universidade, funda o laboratório Dessin/Chantier [desenho/canteiro] e o dirige de 1982 a 1997. Realiza pinturas figurativas, inspirando-se principalmente em figuras presentes nos desenhos e pinturas de Michelangelo Buonarroti (1475 - 1564). Recebe o prêmio de melhor pintor da Associação Paulista de Críticos de Arte - APCA, em 1987. Publica, entre outros, os livros *O Canteiro e o Desenho*, 1979, *Michelangelo: Notas por Sérgio Ferro*, 1981, e *Michel-Angel, Architecte et Sculpteur*, 1998. Realiza murais para várias instituições na França e no Brasil, como o Memorial da América Latina, em 1990, e o Memorial de Curitiba, em 1996 e em 2002.

### Comentário Crítico

Na década de 1960, Sérgio Ferro participa do Grupo Arquitetura Nova, com Flávio Império (1935 - 1985) e Rodrigo Lefevre (1938 - 1984) voltado para uma compreensão do exercício da profissão de arquiteto, simultaneamente como ação cultural, política e produtiva. O grupo realiza propostas de políticas públicas urbanas, ligadas a projetos de habitações populares. Os projetos de residências realizados por Sérgio Ferro no período mantêm diálogo com a produção de Vilanova Artigas (1915 - 1985).

Devido à ditadura militar no Brasil, o artista é obrigado a mudar-se para a França em 1972. Passa a dedicar-se à pintura e à carreira docente, lecionando na Escola de Belas Artes e na École Nationale Supérieure d'Architecture de Grenoble [Escola Nacional Superior de Arquitetura de Grenoble], Suíça. Na pintura, realiza obras de caráter figurativo, em que tem como referência grandes pintores da história da arte, retrabalhando principalmente figuras presentes nos desenhos e pinturas de Michelangelo Buonarroti (1475 - 1564). Para o artista, ao mesmo tempo em que as figuras remetem a Michelangelo, elas se inserem numa outra realidade, porque a luz é cinematográfica e a musculatura, pouco fiel à anatomia e à tradição renascentista. Como aponta o crítico Wilson Coutinho, Ferro se apropria de Michelangelo para dotá-lo de uma apreensão contemporânea. Assim, fragmenta a obra do mestre, deixando ausências, colocando no plano da tela um conjunto de procedimentos modernos para trazê-la como memória de uma imagem dispersa.

Nos quadros de Sérgio Ferro, o espaço é construído a partir de elementos gráficos e suas relações na tela. Como nota o crítico Fábio Magalhães, em muitos trabalhos, entretanto, a cor e a colagem intervêm de maneira definitiva, impondo uma nova organização espacial, sobrepondo-se à densidade do grafismo.

#### Nascimento

1938 - Curitiba PR - 25 de julho

#### Cronologia

Pintor, desenhista, arquiteto, professor

1962 - Forma-se em arquitetura pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU/USP

1962/1968 - Professor da Escola de Formação Superior em Desenho, em São Paulo

1962/1970 - Professor do curso de história da arte e de estética na FAU/USP

1965 - Faz pós-graduação em museologia e evolução urbana

1966 - Faz curso de semiologia na Universidade Presbiteriana Mackenzie

1969/1970 - Professor no curso de arquitetura da Universidade de Brasília - UnB

1972 - Muda-se para a França

1972/2003 - Professor na École d'Architecture de Grenoble, Suíça

1975 - Realiza afrescos na Villeneuve

1981 - Escreve o livro *Michelangelo: Notas por Sérgio Ferro*

1975/1983 - Realiza afrescos na École Buttes

1975/1983 - Realiza afrescos École Joseph Vallier

1982/1997 - Funda e dirige o laboratório Dessin/Chantier [desenho/canteiro] da École d'Architecture de Grenoble

#### Exposições Individuais

1963 - São Paulo SP - Individual, na Galeria Teatro de Arena

1963 - São Paulo SP - Individual, na Galeria São Luis

1965 - Porto Alegre RS - Individual, no Margs

1965 - São Paulo SP - Individual, na Galeria Mobilinea

1967 - São Paulo SP - Mostra, na Faap

1973 - São Paulo SP - Individual, na Galeria Fernando Milan

1974 - Salônica (Grécia) - Individual, na Galeria ZHTA-MI

1975 - Grenoble (França) - Individual, no Musée de Grenoble

1976 - São Paulo SP - Individual, na Galeria Fernando Milan

1977 - Chambéry (França) - Individual, na Maison des Jeunes et de la Culture

1977 - Grenoble (França) - Individual, na Galerie La Tete de L'Art

1978 - Grenoble (França) - Individual, na Galerie La Tete de L'Art

1979 - Vence (França) - Individual, na Galeria Murs Ouverts

1980 - Paris (França) - Individual, na Galerie Saint-Guillaume

1981 - São Paulo SP - Individual, no Masp

1982 - Grenoble (França) - Individual, no Atelier J.Y. Noblet

1982 - Corenc (França) - Individual, no Castelo de la Condamine

1984 - Rio de Janeiro RJ - Individual, na Petite Galerie

1984 - Rio de Janeiro RJ - Individual, no Rio Design Center

1985 - Le Touquet-Paris-Plage (França) - Individual, na Galerie Centre d'Art Plastique Contemporaine

1985 - São Paulo SP - Individual, na Galeria de Arte São Paulo

1986 - Grenoble (França) - Individual, na Galerie J.Y. Noblet

1987 - São Paulo SP - Individual, na Galeria de Arte São Paulo

1988 - Le Touquet (França) - Individual, na Galeria D'Art Contemporain

1988 - Barbizon (França) - Individual, na Galerie L'Entrée des Artistes.

1989 - Bruxelas (Bélgica) - Individual, na Galerie Contrast

1989 - São Paulo SP - Individual, no Masp

1989 - Bruxelas (Bélgica) - Individual, na Galerie Contrast

1990 - Le Touquet-Paris-Plage (França) - Individual, na Galerie J.P. Carlier

1990 - Barbizon (França) - Individual, na Galerie L'Entrée des Artistes

1990 - Taiyan (China) - Individual, no Muscu D'Art

1991 - Bruxelas (Bélgica) - Individual, na Galerie Contrast

1991 - Lille (França) - Individual, na Galerie Contrast

1991 - Metz (França) - Individual, na Galerie Contrast

- 1991 - Paris (França) - Individual, na Galerie Mann
- 1991 - Rouen (França) - Individual, na Galeria du Carme
- 1991 - São Paulo SP - Individual, no Escritório de Arte São Paulo
- 1992 - Ile-sur-Têt (França) - Individual, na Igreja de Saint Etienne
- 1992 - Barbizon (França) - Individual, na Galerie L'Entrée des Artistes
- 1992 - San Francisco (Estados Unidos) - Individual, na Gallery Elconore Austerlevz
- 1993 - Hong Kong (China) - Individual, na Galeria M & W
- 1993 - Ile-sur-Têt (França) - Individual, no Hospici d'Ille
- 1993 - Paris (França) - Individual, na Galerie Le Monde de l'Art
- 1993 - São Paulo SP - Individual, no Escritório de Arte São Paulo
- 1994 - Rouen (França) - Individual, no Espace d'Art Contemporain
- 1995 - Florianópolis SC - Sérgio Ferro: desenhos e gravuras, no Museu Victor Meirelles
- 1995 - Rio de Janeiro RJ - Individual, no Votre Galeria de Arte
- 1996 - Curitiba PR - Individual, na Simões de Assis Galeria de Arte
- 1997 - Barbizon (França) - Individual, na Galeria L'Entrée des Artistes
- 1997 - Paris (França) - Individual, no Espace d'Art Contemporain
- 1998 - Paris (França) - Individual, no Le Monde de l'Art
- 1998 - São Paulo SP - Individual, no Escritório de Arte São Paulo
- 1999 - Curitiba PR - Individual, na Simões de Assis Galeria de Arte

#### Fontes de Pesquisa

5 PINTORES de vanguarda. Apresentação de Carlos Scarinci. Porto Alegre: Museu de Arte do Rio Grande do Sul, 1965.

CAVALCANTI, Carlos; AYALA, Waldir, org. Dicionário brasileiro de artistas plásticos. Apresentação de Maria Alice Barroso. Brasília: MEC/INL, 1973-1980. (Dicionários especializados, 5).

FERRO, Sérgio. Futuro/anterior. trad. M. Lúcia Montes; William Shelton; Regina Marganti. Pietro Maria Bardi. São Paulo: Nobel, 1989.

FERRO, Sérgio. Sérgio Ferro, um artista brasileiro: na Capela dos Fundadores do Memorial de Curitiba. Texto Margarita Pericás Sansone. Curitiba: Prefeitura Municipal, 2000. 38 p., il. color.

FERRO, Sérgio. Sérgio Ferro. Barbizon: Editions L'Entrée des Artistes, 1990. 48 p., il. color.

FERRO, Sérgio. Sérgio Ferro. São Paulo: Galeria de Arte São Paulo, 1991. il. color.

FERRO, Sérgio. Sérgio Ferro. Texto Fábio Magalhães. Curitiba: Simões de Assis Galeria de Arte, 2002. [36] p., il. p&b color.

LEITE, José Roberto Teixeira. Dicionário crítico da pintura no Brasil. Rio de Janeiro: Artlivre, 1988.

SÉRGIO Ferro: o verso e o reverso da pintura. Texto de Gilles Lipovetsky. São Paulo: Galeria de Arte São Paulo, 1991.

SÉRGIO Ferro. Texto de Fábio Magalhães. São Paulo: Galeria de Arte São Paulo, 1987.

ZANINI, Walter, org. História geral da arte no Brasil. Apresentação de Walther Moreira Salles. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles, Fundação Djalma Guimarães, 1983.

### Exposições Coletivas

1965 - Porto Alegre RS - Pintores de Vanguarda, no MARGS

1965 - Rio de Janeiro RJ - Opinião 65, no MAM/RJ

1965 - São Paulo SP - Propostas 65, no MAB/Faap

1966 - São Paulo SP - 3 Premissas, no MAB/Faap

1966 - São Paulo SP - 7 Pintores, na Galeria Aliança Francesa

1967 - Rio de Janeiro RJ - Nova Objetividade Brasileira, no MAM/RJ

1967 - São Paulo SP - Mostra, na Faap

1967 - São Paulo SP - 6 Pintores da Nova Objetividade, no IAB/SP

1975 - Grenoble (França) - La Ville, na UAP Grenoble

1976 - Grenoble (França) - Vingt Acquisitions, no Musée de Grenoble

1976 - Paris (França) - Feira Internacional de Arte Contemporânea, no Grand Palais

1978 - Villeparisis (França) - Travaux sur Papier

1979 - Grenoble (França) - Expo 79, no Musée de Grenoble

1979 - Annecy (França) - 1<sup>o</sup> Art Actuel, no Maison des Jeunes et de la Culture d'Annecy-le-Vieux

1979 - São Paulo SP - Volta à Figura, no Museu Lasar Segall

1980 - França - 30 Createurs d'Aujourd'hui - itinerante

1980 - Grenoble (França) - Fête du Travailleur Alpin

1980 - Rueil Malmalson (França) - Communication Poésie



1980 - Roussillon (França) - Les Travailleurs et les Arts, no Chateau de Roussillon

1982 - Estocolmo (Suécia) - Stockholm International Art Expo

1982 - Paris (França) - Octogone

1983 - Grenoble (França) - 10 Années D'Acquisitions, no Musée de Grenoble

1983 - Grenoble (França) - Architecture Et Arts Plastiques

1983 - Grenoble (França) - Les Larmes D'Eros, na Galerie JC David

1984 - Paris (França) - Figure, Figures, no Espace Gare de L'Est

1984 - Paris (França) - Figuration Critique, no Grand Palais

1984 - Rio de Janeiro RJ - Pintura Brasileira Atual, no Espaço Petrobras

1985 - Brasília DF - Brasília e Independência, no Teatro Nacional Cláudio Santoro

1985 - Valence (França) - 1960-1980: Autour de La Figuration Narrative, no Musée de Valence

1985 - Bourgoin-Jallieu (França) - Exposition d'Art Contemporain

1985 - Paris (França) - Coletiva MAC 2000

1985 - Valence (França) - 1960-1985: Autour de la Figuration Narrative, no Musée de Valence

1986 - Dunkerque (França) - Les Figurations, no Musée d'Art Contemporain de Dunkerque

1987 - Gent (Bélgica) - Linearte: Foire D'Art International

1987 - Paris (França) - Figurations d'Aujourd'hui, no MJC les Hautes de Belleville

1988 - Paris (França) - Figuration Critique, no Grand Palais Bordeaux

1988 - São Paulo SP - 63/66 Figura e Objeto, na Galeria Millan

1988 - São Paulo SP - Eros e Thanatos, na Pinacoteca do Estado

1989 - Paris (França) - Mostra, no Hotel de Ville. Musée de la Passion de Dunkerque

1990 - Nova York (Estados Unidos) - Artexpo

1991 - Paris (França) - Memoires de La Liberté, no Centre Georges Pompidou

1991 - Tóquio (Japão) - Memoires de La Liberté

1992 - São Paulo SP - A Sedução dos Volumes: os tridimensionais do MAC, no MAC/USP

1993 - Roma (Itália) - Biennial de Arte Sacra

1994 - São Paulo SP - Memória da Liberdade, na Pinacoteca do Estado

1997 - Curitiba PR - Casa Cor Sul, na Simões de Assis Galeria de Arte

1998 - Brasília DF - Futebol Arte, no Ministério das Relações Exteriores



- 1998 - São Paulo SP - 5º Salão de Arte e Antiguidade, no Clube Paineiras do Morumby  
1998 - São Paulo SP - Acervo Galcira de Arte São Paulo, na Galeria de Arte São Paulo  
1999 - Curitiba PR - Destaques da Pintura Brasileira, na Simões de Assis Galeria de Arte  
1999 - Florianópolis SC - Desenhos e Gravuras: acervo MVM - 1994 a 1999, no Museu Victor Meirelles  
2001 - São Paulo SP - 4 Décadas, na Nova André Galeria  
2001 - São Paulo SP - 8º Salão de Arte e Antiguidade, na A Hebraica  
2003 - Rio de Janeiro - Projeto Brazilianart, no Almacén Galeria de Arte  
2003 - São Paulo SP - Israel e Palestina: dois estados para dois povos, no Sesc Pompéia  
2004 - São Paulo SP - 450 X 45, na Nova André Galeria

#### **Textos críticos**

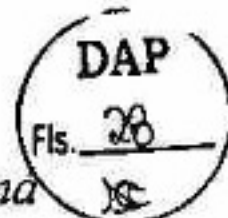
"(...) Coube a Sérgio Ferro, Flávio Império e Cláudio Tozzi, todos formados em Arquitetura, na segunda metade dos anos 60, a prática de uma pintura de espírito sociopolítico. No caso de Ferro, a figuração cruenta perseveraria nas pinturas durante seu exílio na França".

#### **Walter Zanini**

ZANINI, Walter, org. História geral da arte no Brasil. Apresentação de Walther Moreira Salles. São Paulo: Imagens/Walther Moreira Salles, Fundação Djálio Guimarães, 1983



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI QUE CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO**  
**HONORÁRIO AO SENHOR SÉRGIO FERRO**

Projeto de Lei Cidadão Benemérito – Senhor Sérgio Ferro  
Autor: Deputado Plauto Miró Guimarães Filho

**Súmula: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO DO PARANÁ AO SÉRGIO FERRO.**

**EMENTA: TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao **PINTOR, ARQUITETO E PROFESSOR SENHOR SÉRGIO FERRO.**

**FUNDAMENTAÇÃO**

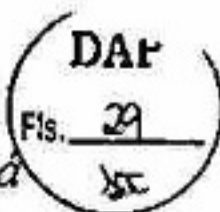
Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:

**Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa**

1



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.  
(Incluído pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão benemérito, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.

No mesmo sentido, diante da informação da liderança através do ofício em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão benemérito.



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

DAP

30

30

No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, não encontrando óbices para normal tramitação do presente projeto de lei.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, tendo em vista o preenchimento dos requisitos exigidos, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 13 de junho de 2012.

NELSON JUSTUS  
Presidente

Caio Quatropia  
Vice

Relator